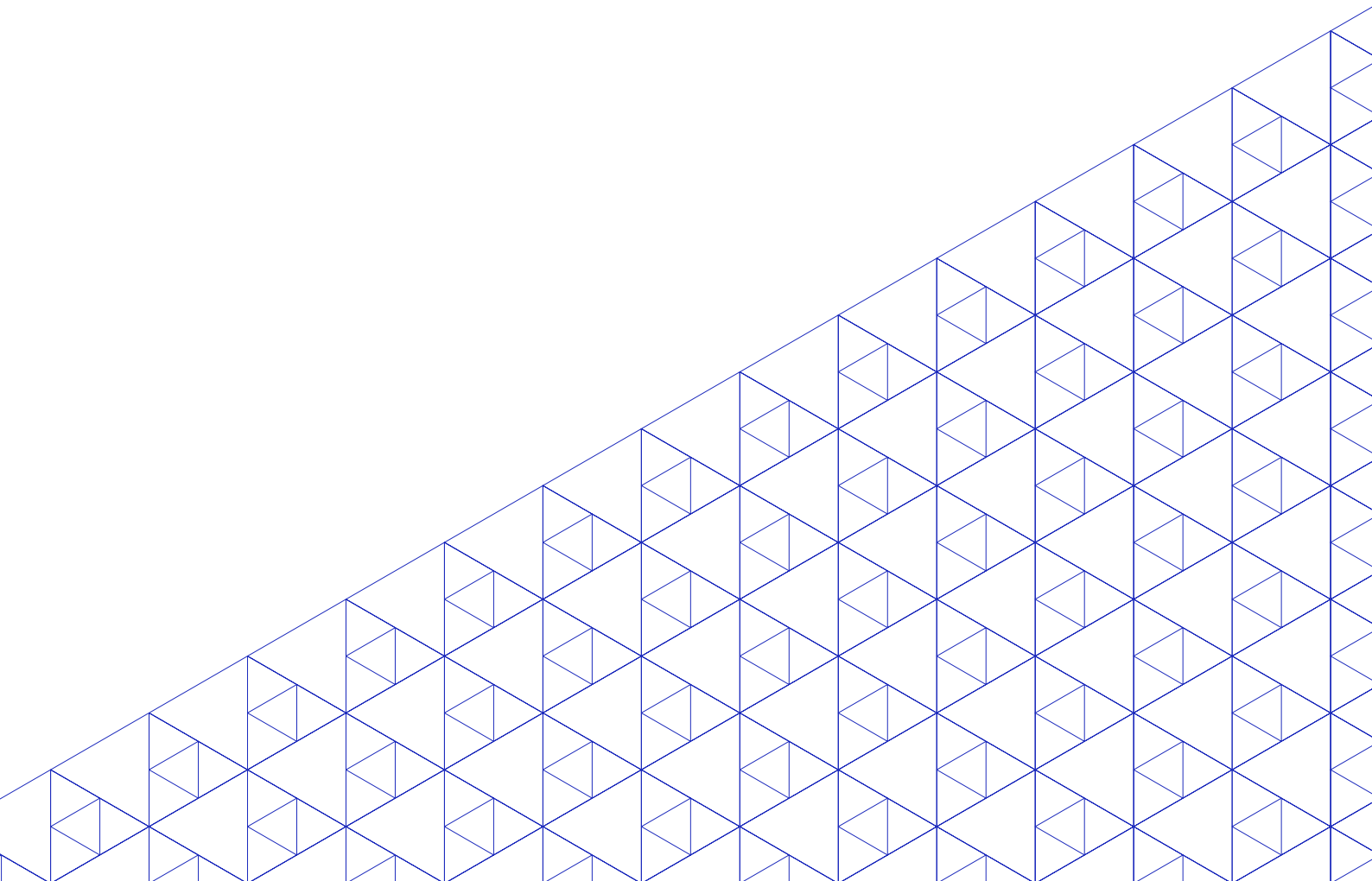




► Crescimento, estrutura económica e informalidade

Autoria / Juan Chacaltana, Florence Bonnet, Juan Manuel Garcia





Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Este trabalho está licenciado ao abrigo da *Creative Commons Attribution 4.0 International*. Para consultar uma cópia desta licença, por favor aceda a <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>. É permitida a reprodução, partilha (cópia e distribuição), adaptação (composição, alteração e transformação para criar um trabalho derivado), de acordo com o descrito na licença. O utilizador deve claramente indicar que a OIT é a fonte da obra e se foi feita qualquer alteração ao conteúdo original. Não é permitida a associação do símbolo, nome e logótipo da OIT a traduções, adaptações ou outros trabalhos derivados.

Atribuição – O utilizador deve indicar se foram feitas alterações e citar o trabalho como se segue: Chacaltana, J., Bonnet, F., Garcia, J. 2022. *Crescimento, estrutura económica e informalidade, Documento de Trabalho 69 da OIT*, Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2023, © OIT.

Traduções – Tratando-se de uma tradução deste trabalho, a isenção de responsabilidade deve ser acompanhada da menção da fonte da obra: *Esta é uma tradução de um trabalho sob licença da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta tradução não foi realizada, revista ou aprovada pela OIT e não deve ser considerada uma tradução oficial da OIT. A OIT está isenta de qualquer responsabilidade pelo conteúdo e precisão da tradução. A responsabilidade recai exclusivamente sobre o/a autor/a(s) ou autores/as da tradução.*

Adaptações – Tratando-se de uma adaptação deste trabalho, a isenção de responsabilidade deve ser acompanhada da menção da fonte da obra: *Esta é uma adaptação de um trabalho sob licença da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta adaptação não foi realizada, revista ou aprovada pela OIT e não deve ser considerada uma adaptação oficial da OIT. A OIT está isenta de qualquer responsabilidade pelo conteúdo e precisão da adaptação. A responsabilidade recai exclusivamente sobre o/a autor/a ou autores/as da adaptação.*

Obras de terceiros – Esta licença *Creative Commons* não se aplica a obras com direitos autorais não pertencentes à OIT incluídas nesta publicação. Se o material for atribuído a terceiros, o utilizador desse material é o responsável único pela obtenção das autorizações necessárias junto do titular dos direitos e por qualquer alegada violação.

Qualquer conflito relativo a esta licença que não possa ser resolvido de forma amigável será submetido à arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). As partes estarão vinculadas por qualquer sentença arbitral proferida em resultado dessa arbitragem como decisão final desse conflito.

As dúvidas relativas a direitos autorais e licenças devem ser enviadas para *ILO Publishing Unit (Rights and Licensing)*, para rights@ilo.org. Podem ser obtidas informações sobre as publicações e os produtos digitais da OIT em: www.ilo.org/publns.

ISBN: 978-972-704-489-4 (web PDF)

Também disponível em inglês: *Growth, economic structure and informality, ILO Working Paper 69 (Geneva, ILO)*, ISBN: 9789220371978 (impressão); 9789220371985 (PDF); <https://doi.org/10.54394/UQOF2851>

As designações constantes das publicações e das bases de dados da OIT, que estão em conformidade com a prática seguida pelas Nações Unidas, e a apresentação do material nelas contido, não significam a expressão de qualquer juízo de valor por parte da OIT em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, zona ou território ou das suas autoridades, ou à delimitação das suas fronteiras ou limites.

As opiniões e pontos de vista expressos nesta publicação pertencem aos/às autores/as e não refletem necessariamente as opiniões, pontos de vista ou a política da OIT.

A referência ou a não referência a nomes de empresas, produtos ou processos comerciais não implica qualquer apreciação favorável ou desfavorável por parte da OIT.

Resumo

Este documento explora a relação entre o crescimento económico e a informalidade, destacando o papel do crescimento do PIB e da sua composição no nível e na evolução da informalidade, com base em dados dos países de 1991 a 2019. A análise revela uma relação fraca, embora com diferenças importantes entre regiões e níveis de rendimento. Os coeficientes são mais elevados nos países de rendimento médio. Isto significa que a mesma taxa de crescimento gera impactos diferentes na informalidade, dependendo do país, provavelmente devido a níveis pré-existent de informalidade, à estrutura económica ou a variáveis institucionais e outras. A estrutura económica parece ser o principal fator determinante da informalidade, mesmo após o controlo da endogeneidade, a utilização de diferentes proxies da informalidade ou a inclusão de variáveis institucionais. Estes resultados confirmam que a estrutura económica e o padrão de crescimento são importantes para a formalização. Isto requer políticas que promovam mudanças na estrutura produtiva, incluindo uma base mais ampla e diversificada e uma maior complexidade económica e sofisticação tecnológica, para garantir um crescimento inclusivo.

Sobre os autores e a autora

Juan Chacaltana é especialista sénior em emprego na OIT. Anteriormente, trabalhou como Economista Regional no Escritório Regional da OIT para a América Latina e as Caraíbas e como Especialista em Emprego no Escritório da OIT para os Países Andinos. Foi ainda responsável pelo Programa de Formalização da OIT para a América Latina e Caraíbas, bem como chefe do Programa de Interagências das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) sobre Juventude, Emprego e Migração. Possui um doutoramento em Economia pela Universidade Católica do Peru e um mestrado em Ciências Económicas pela Universidade do Texas A&M, nos Estados Unidos.

Florence Bonnet trabalha como especialista em mercado de trabalho e economia informal na OIT, em Genebra. Compreender a economia informal na sua diversidade e apoiar o processo gradual e a longo prazo de transição para a formalidade, reduzindo simultaneamente as vulnerabilidades na economia informal, tem sido o principal objetivo comum do seu trabalho em vários departamentos, associando métodos quantitativos e qualitativos às políticas. Também é responsável pelo diagnóstico da economia informal nos países e autora principal de publicações como "Women and men in the informal economy: A statistical picture".

Juan Manuel Garcia é consultor da OIT. Trabalhou ativamente em investigação aplicada com ênfase no mercado de trabalho, desenvolvimento produtivo, inovação, política social e pobreza. Além disso, possui uma vasta experiência na conceção, acompanhamento e avaliação do desempenho e do impacto das intervenções públicas. Detém um mestrado em Matemática Aplicada à Economia pela Universidade Católica do Peru.

Índice

Resumo	01
Sobre os autores e a autora	01
▶ Introdução	05
▶ 1 Literatura relacionada	07
Outras variáveis que afetam esta relação	08
Perspetivas globais	09
▶ 2 Economia informal - uma atualização	12
▶ 3 Metodologia	15
▶ 4 Dados	16
▶ 5 Resultados	18
Trabalho informal	18
Emprego vulnerável	20
▶ 6 Verificação de robustez	28
Testes de endogeneidade	28
Uma definição alternativa: PIB informal	29
Ter em consideração as variáveis institucionais	31
▶ Conclusão	35
Anexo	39
Referências	49
Agradecimentos	53

Lista de figuras

Figura 1. Percentagem global do emprego informal e nível do PIB per capita, por nível de rendimento do país, 2016	06
Figura 2. Emprego informal, de acordo com a situação económica e com a região, 2019	14
Figura 3. Correlação entre o emprego informal e o emprego vulnerável, entre 1997 e 2019	16
Figura 4. Comparação do emprego informal e do emprego vulnerável face ao PIB por trabalhado/a, entre 1997 a 2019	17
Figura A1. A informalidade no mundo, de acordo com diferentes indicadores, 2017	37
Figura A2. Correlações entre o crescimento do PIB e os indicadores de informalidade, de 1997 a 2019 (em níveis e variações)	40
Figura A3. Impacto do crescimento económico no emprego vulnerável, por período (coeficientes de regressão), utilizando as taxas de crescimento anuais, no período de 1991 a 2019	45
Figura A4. Impacto do crescimento económico no emprego vulnerável, por ventis de rendimentos (coeficientes de regressão), utilizando as taxas anuais de crescimento, no período de 1991 a 2019	46

Lista de quadros

Quadro 1. Produção informal e emprego informal, de acordo com o nível de rendimento do país	13
Quadro 2. Regressão: Proporção do emprego informal no emprego total e composição do crescimento utilizando as taxas de crescimento anuais, no período de 2000 a 2019	19
Quadro 3. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	21
Quadro 4. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por grupo de países, segundo o nível de rendimentos, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	24
Quadro 5. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por grupo de países, segundo a região geográfica, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	25
Quadro 6. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por década e utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	26
Quadro 7. Decomposição sectorial do efeito do crescimento do PIB na proporção de emprego vulnerável, entre 1991 e 2019	27
Quadro 8. Modelo de regressão do método generalizado dos momentos (GMM): Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	29
Quadro 9. Regressão: Dimensão da economia paralela e composição do crescimento com base nas taxas de crescimento anuais, de 1991 a 2017	30
Quadro 10. Regressão que controla os fatores institucionais: Proporção de emprego vulnerável e composição, utilizando as taxas de crescimento anuais	33
Quadro A1. Distribuição do emprego e taxa do emprego informal, em 2019	36
Quadro A2. Definições dos sectores económicos	39
Quadro A3. Regressão: Emprego informal e composição do crescimento, por grupos de países com base no nível de rendimentos, utilizando taxas de crescimento anuais no período de 2000 a 2019	42
Quadro A4. Regressão: Emprego informal e composição do crescimento, por grupo de países de acordo com a região geográfica e utilizando taxas de crescimento anual, no período de 2000 a 2019	43
Quadro A5. Regressão: Emprego vulnerável e composição do crescimento com base em taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019	44
Quadro A6. Regressão que controla os fatores institucionais: Emprego informal e composição com recurso a taxas de crescimento anuais	47

► Introdução

Meio século após a criação do conceito de informalidade - utilizado, pela primeira vez, no início da década de 1970 - o termo continua a ser alvo de debate quanto à sua definição, medição e às abordagens políticas que poderão favorecer a transição para a formalidade. No entanto, a nível internacional, foram alcançados vários consensos¹. O consenso mais amplo e inequívoco é o de que a informalidade é um fenómeno generalizado, o que é cada vez mais evidente graças à crescente disponibilidade de dados.²

Dados recentes confirmam que a informalidade é um fenómeno de grande magnitude. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2018a), cerca de 60 por cento do emprego a nível mundial é informal (dos quais 85 por cento estão no sector informal). Durante muitos anos, a informalidade no mercado de trabalho - o emprego informal - foi o único indicador de informalidade disponível a nível mundial e regional. No entanto, a informalidade possui múltiplas dimensões, incluindo nos mercados de produtos. Isso ficou mais evidente recentemente, à medida que ficámos a saber que o Produto Interno Bruto (PIB) informal varia entre 15 por cento e 35 por cento do PIB total, dependendo da região (Ohnsorge e Yu 2021; Deléchat e Medina 2021)³. Estes dois números também destacam as grandes diferenças de produtividade entre as economias formal e informal.

A crescente disponibilidade de dados mundiais ou de diferentes países permite-nos reexaminar um dos tópicos mais antigos sobre a informalidade: a sua relação com o crescimento económico. A Figura 1 mostra uma relação globalmente negativa entre a proporção de trabalho informal e o PIB per capita, o que significa que os países com um PIB per capita elevado tendem a ter taxas de informalidade baixas. No entanto, para o mesmo nível de PIB, existe uma grande heterogeneidade ou dispersão: nos países com um rendimento médio-baixo (PIB per capita entre 5 000 \$ e 15 000 \$ em paridade de poder de compra), as taxas de informalidade variam entre 20 por cento e mais de 90 por cento; e nos países com um rendimento médio-alto (PIB per capita entre 10 000 \$ e 25 000 \$ em paridade de poder de compra), as taxas de informalidade variam entre 15 por cento e mais de 80 por cento.

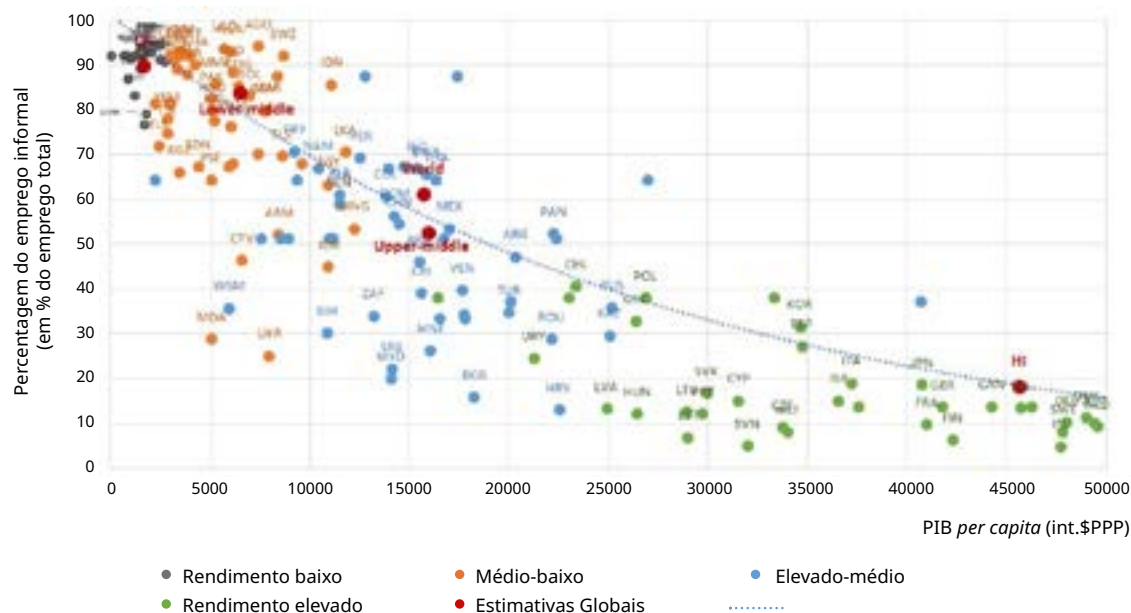
A existência de uma grande dispersão nesta relação significa que o PIB per capita é apenas uma condição necessária para a formalização, não sendo uma condição suficiente. Por outras palavras, existem outras variáveis que afetam esta relação. Uma das principais vertentes da literatura destaca o papel das instituições. Uma abordagem menos explorada empiricamente é o papel da estrutura económica: nem todos os países atingem o mesmo nível de PIB per capita com a mesma composição de sectores industriais. De facto, países com o mesmo nível de PIB per capita podem ter estruturas económicas ou padrões de crescimento muito diferentes.

¹ Aqui podemos mencionar, por exemplo, a Recomendação (n.º 204) da OIT sobre a Transição da Economia Informal para a Formal (2015) e a resolução referente às estatísticas do emprego no sector informal e as Diretrizes relativas a uma definição estatística do emprego informal (OIT 2003). Prevê-se que, em 2023, seja publicada uma nova Norma Estatística que adapte todos os instrumentos estatísticos à Recomendação n.º 204. Ver OIT, "Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians", www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087484.pdf.

² Segundo Kanbur (2021), quando o conceito foi utilizado pela primeira vez, a informalidade era considerada um problema que afetava sobretudo os países pobres. Mais recentemente, considera-se que também afeta os países ricos.

³ As estimativas anteriores podem ser consultadas em Charmes 2016.

► **Figura 1. Percentagem global do emprego informal e nível do PIB per capita, por nível de rendimento do país, 2016**



Fonte: OIT 2018a.

O presente documento tem dois objetivos. O primeiro é explorar a relação entre o crescimento económico e a informalidade⁴. O segundo é analisar o papel da estrutura económica (ou composição do PIB) sobre o nível e a evolução da informalidade, utilizando os dados mais recentes sobre a mesma.

⁴

Nas últimas décadas, a OIT tem feito grandes esforços no sentido de harmonizar os dados sobre o emprego informal num maior número de países. Ver, por exemplo, a primeira e a segunda edições da OIT, *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture* (2002 e 2013). A versão de 2018 do referido relatório incluía uma estimativa harmonizada do emprego informal em mais de 110 países.

► 1 Literatura relacionada

A relação entre a informalidade e o crescimento económico é um dos debates mais antigos sobre os mercados de trabalho, especialmente nos países em desenvolvimento. Vários estudos relacionaram as raízes da informalidade com a abordagem dualista (Lewis 1954). Numa sociedade dualista, existe um sector “capitalista” (intensivo em capital) e um sector de “subsistência” (intensivo em mão-de-obra não qualificada), tipicamente agrícola. Neste cenário, é possível expandir o sector capitalista graças a uma transferência de trabalhadores não qualificados do sector de subsistência para o sector capitalista. Outra perspetiva bissectorial é o modelo de migração rural-urbana de Harris e Todaro (1970), que explica por que razão o número de migrantes que transitam das zonas rurais para zonas urbanas pode exceder o número de empregos urbanos disponíveis, resultando em desemprego urbano registado.⁵

Em qualquer um destes modelos, o elemento crítico é o tipo de relação entre as economias formal e informal. Tokman (1978) identificou três tipos de inter-relações. Por um lado, mencionou uma relação “benigna” (autonomia ou integração) e, por outro, uma relação baseada na “subordinação” do sector informal ao sector formal. E sugeriu ainda um terceiro tipo baseado na existência de elementos de “subordinação heterogénea”: enquanto o sector informal existe com alguma autonomia, mantém também ligações importantes com o resto da economia, dependendo, entre outras coisas, do tipo de sector económico específico ou das características do mercado de produtos. Mais recentemente, Weller (2022) destacou as características individuais das pessoas que transitam do sector de economia informal para o sector formal e a fase específica do ciclo económico (crescimento, baixo crescimento, crise) como fatores determinantes dessa relação.

Infelizmente, devido à escassez de grandes números de séries cronológicas de dados sobre a informalidade, existem poucas evidências empíricas acerca da sua relação com a atividade económica. Loayza e Rigolini (2006), utilizando o trabalho por conta própria como um indicador da informalidade e dados de 93 países, concluíram que, a longo prazo, esta variável é mais expressiva em países com um baixo PIB *per capita*. No entanto, a curto prazo, verificou-se que a informalidade segue uma trajetória oposta à situação económica predominante na maioria dos países. Em particular, Loayza e Rigolini verificaram uma elasticidade (emprego informal em relação ao PIB) de -0,07 e de -0,05, quando se incluem outras variáveis. Esta elasticidade parece ser mais negativa (maior em valor absoluto) à medida que o PIB aumenta.

Kucera e Xenogiani (2009) analisaram a relação entre o PIB e a percentagem de emprego informal não agrícola, concluindo que, “pelo menos a médio prazo, o crescimento económico não conduz necessariamente a uma redução do emprego informal”. Jutting e de la Iglesia (2009) analisaram dados por região ao longo de três décadas, de 1975 a 2007, em alguns países da América Latina e do Sudeste e Leste Asiático, e chegaram à conclusão de que, nesse período, o crescimento económico esteve associado a um aumento, e não a uma diminuição, do emprego informal não agrícola.

La Porta e Schleifer (2014) utilizaram um painel de 68 países com dados de 1990 a 2012 e identificaram uma correlação negativa entre o PIB *per capita* e o trabalho por conta própria. Chegaram à conclusão de que “quando o PIB *per capita* duplica, observa-se uma diminuição de 4,95 pontos no trabalho por conta própria”. A nível regional, a Macroconsult (2014) concluiu que, na América Latina, entre 1990 e 2012, a elasticidade do emprego em relação ao PIB foi de 0,36, enquanto a elasticidade do emprego formal em relação ao PIB foi de 0,17. Assim, a capacidade de criação de emprego formal na região durante esse período foi quase metade da capacidade global de criação de emprego.

⁵ Mais recentemente, Sabel e Ghezzi (2020) consideraram o surgimento de uma visão “neodualista”, incluindo estudos que preveem que a principal solução para a informalidade consiste em reduzir as restrições ao crescimento económico através da acumulação de capital (como o racionamento financeiro), citando estudos como os de Banerjee e Duflo (2011), Banerjee et al. (2019) e La Porta e Schleifer (2014 e 2008).

Mais recentemente, recorrendo às suas próprias estimativas de produção informal, bem como aos dados da OIT sobre o trabalho por conta própria em 179 países entre 1990 e 2018, o Banco Mundial (Ohnsorge e Yu 2021) concluiu que, embora a produção informal se mova na mesma direção que a produção formal, o trabalho por conta própria não acompanha a economia formal. Além disso, é importante notar que, embora haja uma correlação positiva e significativa entre o emprego formal e a produção formal, o emprego informal (trabalho por conta própria) não apresenta uma correlação significativa com a produção formal em economias emergentes e em vias de desenvolvimento (Ohnsorge e Yu 2021). Utilizando dados de 158 países para o período de 1996 a 2015, juntamente com estimativas da economia paralela, Wu e Schneider (2019) sugeriram que a relação entre a economia paralela e o PIB não é linear. Em vez disso, propuseram uma relação em forma de U.⁶ A consequência desta não-linearidade é que a economia paralela pode coexistir com diferentes níveis de desenvolvimento e não desaparece a longo prazo (Deléchat e Medina 2021).

Outras variáveis que afetam esta relação

O facto de a informalidade persistir, apesar do crescimento económico, deu origem a várias teorias que enfatizam o papel influente de outras variáveis nesta relação (entre a informalidade e o crescimento económico). Algumas teorias sublinham a influência dos fatores institucionais. Originalmente desenvolvida por De Soto, Ghersi e Ghibellini (1986), esta abordagem destaca que as unidades económicas informais (e, consequentemente, os empregadores e os trabalhadores dessas unidades) são forçados à informalidade devido à falta de capital, à procura inadequada e aos elevados custos, tanto em termos de tempo como de dinheiro, dos longos e complicados procedimentos necessários para criar uma empresa formal, que funcionaria com recursos limitados e a níveis muito reduzidos de produtividade e rendimento. Segundo esta perspetiva, os trabalhadores informais ou as unidades económicas não têm, normalmente, um título legal para as suas terras, propriedades ou bens de produção. Por esta razão, o seu acesso ao sistema financeiro é limitado, motivo pelo qual é essencial a remoção de alguns obstáculos legais para libertar o potencial da economia informal.

Uma variante desta abordagem é aquela que considera que a informalidade resulta de uma decisão voluntária por parte de um trabalhador ou unidade económica, caracterizada como “saída”: O trabalhador opta por operar fora das regras legais após comparar os benefícios e os custos da formalidade em áreas como o registo, a tributação, os salários e a segurança social, entre outras (Levi 2008; Perry et al. 2007; Maloney 1999; Fields 1990).

Outra abordagem, também centrada nas instituições, centra-se na fragilidade da administração pública, nomeadamente nos sistemas de inspeção e de execução da lei. Nesta perspetiva, Kanbur (2009) destacou a necessidade de criar uma teoria da “execução da lei” - um tema de grande importância em países onde as leis são frequentemente adotadas, mas não aplicadas.

Do ponto de vista empírico, Loayza (2008) analisou os determinantes institucionais da informalidade com dados até 2007, tendo em conta que a informalidade é um fenómeno complexo devido à combinação de várias forças. As variáveis dependentes foram a percentagem de trabalhadores não inscritos no sistema de pensões e a percentagem de trabalho por conta própria. As covariáveis são a componente do Estado de direito do *International Country Risk Guide* (Guia Internacional de Risco do País) e o *Economic Freedom Index* (Índice de Liberdade Económica) do Instituto Fraser. Também controlou a educação, as variáveis sociodemográficas e a participação da agricultura no PIB. Os seus resultados indicaram que a importância relativa de cada fator se diferenciava consoante os países; “por exemplo, no caso do Peru, os fatores institucionais podem ser mais relevantes quando se compara o seu nível de informalidade com o Chile, mas se o compararmos com os Estados Unidos, os fatores estruturais (e especialmente o nível de escolaridade) são mais importantes”.⁷ Com base em dados de inquéritos do Banco Mundial, La Porta e Schleifer (2014) indicaram que o

⁶ Elgin e Birinci (2016) registaram um resultado semelhante.

⁷ Céspedes (2020) efetuou uma análise econométrica semelhante, utilizando o trabalho por conta própria como uma variável dependente e a produtividade e a flexibilidade como variáveis independentes. Verificou que ambas as variáveis são significativas e negativas, mas concluiu que o aumento da produtividade é mais eficaz na redução da informalidade.

maior obstáculo que as empresas formais e informais enfrentam ao fazer negócios é a falta de financiamento, a instabilidade política ou o acesso às terras. Estes concluíram que é difícil interpretar estas provas de forma a apontar o ambiente institucional como o principal obstáculo. Em vez disso, sugeriram e testaram o papel de variáveis, tais como as competências empresariais e de gestão, concluindo que a principal limitação não é a oferta de trabalhadores com formação, mas sim a de empresários com formação - ou pessoas que possam gerir empresas produtivas.

Outros autores destacaram o papel da estrutura económica. Segundo Pinto (1970), a maioria dos países tem uma estrutura económica em que coexistem diferentes unidades económicas com grandes diferenças na utilização da tecnologia, sendo a principal característica da estrutura económica que, por sua vez, gera diferenças no mercado de trabalho em termos de rendimento e de condições de trabalho. As estruturas produtivas tornam-se, em parte, desiguais devido à penetração irregular da tecnologia.⁸ Infante e Sunkel (2012) sustentam que, quando isso ocorre, a estrutura económica é dividida em diversos sectores produtivos. Por vezes, o sector de maior produtividade é classificado como “moderno” e o sector de menor produtividade é classificado como “tradicional”, em clara referência ao uso de tecnologias modernas ou tradicionais. Estes autores argumentaram que as diferenças de produtividade eram observadas ao comparar os sectores económicos, mas, mais importante ainda, ao considerar a dimensão das empresas. Esta última era particularmente importante para as economias em desenvolvimento, pois permitia incluir na análise a coexistência das empresas de produtividade altamente heterogênea em cada sector.

A abordagem do “sector económico” atribuiu um papel fundamental ao sector da indústria transformadora nas dinâmicas económicas e nos processos de crescimento, uma vez que, tradicionalmente, este sector foi o núcleo da criação de capacidades, conhecimentos e processos de aprendizagem que ocorrem com o investimento e com a produção.⁹ Embora haja debate sobre se este sector deixou de ter a importância relativa que tinha no passado, nos países em desenvolvimento, o papel das grandes empresas é particular, já que têm uma influência significativa e provavelmente crescente em múltiplos sectores devido à sua crescente integração horizontal (sectorial) e vertical (dimensão da empresa). A empresa tradicional que se especializava apenas por sector e se integrava verticalmente desde a fase das matérias-primas até aos produtos finais evoluiu para uma configuração em que as atividades dessas grandes empresas também se expandem horizontalmente para outros sectores, incluindo a produção de bens e serviços (financeiros, comercialização, comunicação, informação, transporte, turismo, etc.). No entanto, existem, em cada sector, empresas de grande dimensão que lideram o processo de modernização e de melhoria tecnológica. Mas também há pequenas empresas com baixa produtividade onde se concentra a maior parte do emprego. Empresas dentro do mesmo sector que apresentam níveis de produtividade significativamente distintos nem sempre competem nos mesmos segmentos do mercado de produtos. Isso ocorre devido às variações na procura por bens finais e, geralmente, essa diferenciação reflete-se na dimensão da qualidade dos produtos fabricados.

Perspetivas globais

Cada vez mais estudos e documentos de políticas têm, recentemente, realçado a influência de múltiplos fatores na informalidade, sublinhando a necessidade de uma abordagem abrangente à formalização. Segundo Loayza (2018a, 2018b), a informalidade não tem um único determinante, mas é o resultado de uma combinação de fatores, incluindo a baixa produtividade, a qualidade institucional (incluindo a capacidade de fazer cumprir os regulamentos), as dificuldades em fazer negócios e a estrutura económica (a importância do sector rural, por exemplo).

A multidimensionalidade da informalidade resulta diretamente da existência de diversos tipos de

⁸ Hart (2001) referiu que “em dois séculos, a taxa diferencial de aplicação de máquinas na produção tem sido o maior indicador de desenvolvimento irregular na economia global”. E acrescentou que “há pessoas no mundo que ainda trabalham manualmente. A produtividade, que resulta da interação entre as máquinas e o trabalho humano, é o indicador mais direto da crescente diferença entre os que mais têm e os que menos têm no mundo de hoje.”

⁹ Alguns autores sublinharam o papel da agricultura na promoção da mudança estrutural (ver, por exemplo, De Janvry e Sadoulet 2010). Outros destacaram o papel da indústria transformadora (Chang 2007). Bhagwati e Panagariya (2013) salientaram que os serviços modernos podem ser altamente progressistas do ponto de vista tecnológico, com sectores como o comércio retalhista, financeiro e das telecomunicações, por exemplo, a adotarem tecnologias modernas.

informalidades, embora interligadas entre si. Há a produção formal e informal, as unidades económicas formais e informais e os trabalhadores formais e informais. Tem havido uma tendência analítica para se focar neste último. Recentes estudos sublinharam, por exemplo, que a informalidade nos negócios e no emprego partilham determinantes semelhantes, mas também específicos. Isto conduziu à sugestão de uma sequência no processo de formalização: a formalização das empresas informais é um passo necessário para a formalização dos trabalhadores empregados no sector informal (Diaz et al., 2018).

Soma-se a esse ponto de vista a existência de diferentes subgrupos no que se costuma chamar “informal” devido à elevada heterogeneidade que vem sendo discutida na literatura há décadas.¹⁰ Neste sentido, Ulysséa (2018) distinguiu três tipos de unidades do sector informal que correspondem a diferentes visões de informalidade. A primeira perspetiva, também conhecida como visão legalista, argumenta que o sector informal representa um reservatório de empreendedores potencialmente produtivos que se mantêm afastados da formalidade devido aos elevados custos regulamentares, com destaque para as regulamentações de entrada. A segunda perspetiva, também conhecida como visão parasitária, considera as empresas informais como “empresas parasitas” que, apesar de serem suficientemente produtivas para operar no sector formal, optam por permanecer informais para obter maiores lucros, aproveitando as vantagens de custos resultantes do não cumprimento dos impostos e regulamentos. A terceira perspetiva, conhecida como a visão da sobrevivência, argumenta que a informalidade é uma estratégia de sobrevivência para pessoas pouco qualificadas, que não são suficientemente produtivas para se tornarem formais.

De uma forma mais geral, Kanbur (2021) argumentou que, quando confrontados com a intervenção ou regulamentação governamental, os intervenientes económicos podem ser agrupados em quatro categorias: (i) os que estão abrangidos pela regulamentação e cumprem as regras; (ii) os que estão abrangidos pela regulamentação, mas não cumprem as regras; (iii) os que inicialmente estão abrangidos pela regulamentação, mas depois ajustam o seu comportamento para ficarem fora do âmbito da regulamentação; e (iv) os que não estão abrangidos pela regulamentação. A informalidade não é uniforme, e cada tipo de informalidade tem as suas causas específicas.¹¹

Também o debate das políticas evoluiu nesta perspetiva. A Recomendação (n.º 204) sobre a Transição da Economia Informal para a Formal (2015) defende uma abordagem integrada e global da formalização. Isto implica reconhecer que nem todos os trabalhadores informais e unidades económicas estão na informalidade pelas mesmas razões, e que as causas da informalidade são diversas e atuam em múltiplas dimensões. Portanto, as políticas de formalização devem adotar uma abordagem multidimensional que envolva diversas iniciativas e intervenientes, incluindo um importante nível de coordenação e monitorização. Iniciativas ou políticas únicas e isoladas (a abordagem da “bala de prata” (milagrosas) dificilmente terão êxito na transição para a formalidade.

Estas recomendações estão em consonância com as lições retiradas de episódios reais de formalização. Salazar e Chacaltana (2018) analisaram 11 casos de formalização para explicar a redução de 5 pontos percentuais na informalidade nos países da América Latina entre 2005 e 2015. Os autores concluíram que estes países adotaram quatro principais caminhos para a formalização: a produtividade, as regulamentações, os incentivos e a execução. Destacaram o papel do contexto de crescimento económico elevado e sustentado como um fator relevante para simplificar o pro-

¹⁰ Isto consta mesmo dos relatórios da OIT de 1970 (relativos à Colômbia, ao Quênia, ao Ceilão (atual Sri Lanka) e ao Irão), quando foi criado o conceito de informalidade. Thorbecke (1973) indicou, por exemplo, que o relatório da Colômbia distinguia três sectores não agrícolas: (i) um sector de capital intensivo com trabalhadores qualificados; (ii) um sector com grande ênfase na mão de obra não qualificada; e (iii) um sector com uma elevada presença de trabalhadores altamente qualificados. Fields (1990) fez uma distinção entre um sector informal mais reduzido, sem praticamente restrições à entrada, e um sector informal maior, adotado de forma voluntária. Portes (1995) fez uma distinção entre os segmentos informais de sobrevivência (como a venda ambulante de pequena escala), a exploração dependente e o desenvolvimento (aqueles que conseguem acumular capital).

¹¹ Kanbur e Keen (2014) desenvolveram um quadro teórico que explica uma série de comportamentos em conformidade com as normas e que permite classificar as empresas informais como evasoras, infratoras e excluídas, dependendo da sua conformidade com os regulamentos e da aplicabilidade dos mesmos.

cesso. Infante (2018), ao analisar a mesma região entre 2012 e 2015, constatou que as variáveis económicas explicavam 60 por cento da redução e as variáveis institucionais os restantes 40 por cento. Evidentemente, é provável que estas proporções sejam diferentes noutras regiões, porque os determinantes finais da informalidade (ou formalidade) num determinado país ou região devem ser estabelecidos empiricamente, e não teoricamente, e segundo as circunstâncias de cada caso.

Dados de uma recente meta-análise apontam também na mesma direção. Após uma revisão sistemática dos estudos, Jessen e Kluve (2021) chegaram à conclusão de que, apesar da ampla discussão sobre as políticas de transição para a formalidade, existem poucos estudos que avaliam de forma empírica o impacto das intervenções no sentido de diminuir a informalidade. A maioria desses estudos estão na América Latina. Além disso, concluíram que o impacto das intervenções tende a ser mais positivo num contexto de mercado de trabalho favorável; que os incentivos fiscais e a informação, quando combinados com outros instrumentos, tendem a ter efeitos positivos; que as iniciativas de formalização do trabalho tendem a ser mais eficazes do que aquelas direcionadas à formalização das empresas; que os programas mais abrangentes têm maior eficácia do que as intervenções limitadas; e que o efeito a longo prazo pode ser mais benéfico do que o impacto a curto prazo.

Floridi, Demena e Wagner (2020) também constataram a escassez de estudos de impacto sobre a formalização de empresas. O que encontraram sugere que este tipo de intervenções tem efeitos positivos e significativos, ainda que geralmente de pequena magnitude, e que os resultados a longo prazo tendem a ser mais favoráveis do que o impacto imediato. Importa salientar que os efeitos tendem a ser mais favoráveis nas pequenas e médias empresas do que nas microempresas.

Apesar de toda a discussão em torno da informalidade, a escassez de estudos de impacto realça a necessidade de se alargar ainda mais a base de dados para as recomendações de políticas. Porém, a escassez de provas demonstra que, como a maioria das intervenções individuais apresenta pequenos impactos que tendem a desaparecer com o tempo, é necessária uma abordagem integrada baseada em intervenções múltiplas, devidamente coordenadas e sustentadas ao longo do tempo, tal como sugere a Recomendação (n.º 204).

► 2 Economia informal - uma atualização

A discussão inicial sobre a informalidade era, essencialmente, multidimensional e estava relacionada com o mundo do trabalho e da produção.¹² Com o tempo, no entanto, houve uma maior ênfase na medição da informalidade no mundo do trabalho.

A primeira norma estatística internacional sobre a informalidade estava relacionada com o “sector informal” - um conceito baseado em empresas que, por extensão, permitiu a medição do “emprego no sector informal” através de inquéritos às famílias ou à mão de obra. Este conceito evoluiu depois para “emprego informal”, abrangendo o emprego informal no sector informal, no sector formal e nos domicílios (OIT 2021a; OIT 2003).¹³ Cada vez mais países incluem agora questões nos seus inquéritos nacionais para avaliar o emprego informal, e muitos seguem os critérios recomendados para as suas estimativas nacionais. De modo a obter uma estimativa comparável e harmonizada do emprego informal, a OIT aplicou sistematicamente, nos últimos anos, critérios recomendados com base nas características das unidades económicas para os trabalhadores independentes e no acesso ao trabalho e à proteção social contributiva para os trabalhadores por conta de outrem (ver caixa 2 em OIT 2018a). Esses critérios estão diretamente relacionados com a ideia de abrangência e cumprimento por meio de acordos formais, com implicações políticas evidentes ao interpretar a situação de diferentes grupos de trabalhadores, mantendo o foco nas dimensões do emprego e, em certa medida, nas dimensões das empresas.

Progressivamente, o debate de políticas acerca da informalidade está a evoluir para a “economia informal”, tal como sugerido pela Recomendação (n.º 204) da OIT. No que respeita à “economia”, destaca-se o facto de não existirem apenas trabalhadores e empresas, mas também atividades, processos de produção e transações que podem ser formais ou informais. Estão disponíveis várias estimativas da produção informal. O Quadro 1 apresenta algumas delas. De acordo com a média simples das suas estimativas, a produção informal no mundo representa cerca de 27-29 por cento do PIB total. Note que este indicador seria inferior caso utilizássemos uma média ponderada em vez de uma média simples, porque as economias com um PIB elevado têm uma pequena percentagem de produção informal.

De qualquer forma, a OIT (a publicar em breve) estimou que, em 2019, cerca de 60 por cento do emprego a nível global era informal.¹⁴ Devido às consideráveis diferenças metodológicas entre ambos os valores, se utilizássemos uma percentagem global de produção informal na ordem dos 27 a 29 por cento e uma percentagem de emprego informal de 60,5 por cento, então estes valores implicariam uma diferença entre a produtividade formal e informal superior a quatro vezes o nível global, valor esse que aumenta em mais de 16 vezes nos países em desenvolvimento.

¹² Por exemplo, um relatório de referência da OIT, de 1972, mencionava o seguinte: “Identificamos o principal problema que é o emprego e não o desemprego. Isto significa que, para além das pessoas que não têm nenhum rendimento, existe outro grupo, mais numeroso no Quênia, que designamos como “os trabalhadores pobres”. Estas pessoas trabalham, e possivelmente muito e arduamente, mas o seu emprego não é produtivo, a ponto de lhes proporcionar um rendimento que atinja um mínimo aceitável”.

¹³ Muitos países costumavam excluir as atividades agrícolas e afins do âmbito das estatísticas sobre o sector informal, o que resultava numa avaliação parcial da informalidade, especialmente nos países de rendimento baixo e médio-baixo, onde a agricultura é responsável por mais da metade do emprego total. Embora a resolução da 15.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho reconhecesse que, do ponto de vista conceptual, a agricultura está incluída no âmbito do sector informal, a resolução também ofereceu a opção de excluir a agricultura das sondagens sobre o sector informal e de medi-la separadamente. Isto baseou-se principalmente em objetivos práticos de recolha de dados (como a expansão das operações de inquérito e o aumento dos custos), mas também esteve associada à dificuldade em distinguir entre a produção destinada ao mercado e a produção para uso pessoal.

¹⁴ A OIT também revelou que, grosso modo, cerca de 85 por cento de todas as empresas são informais.

► **Quadro 1. Produção informal e emprego informal, de acordo com o nível de rendimento do país**

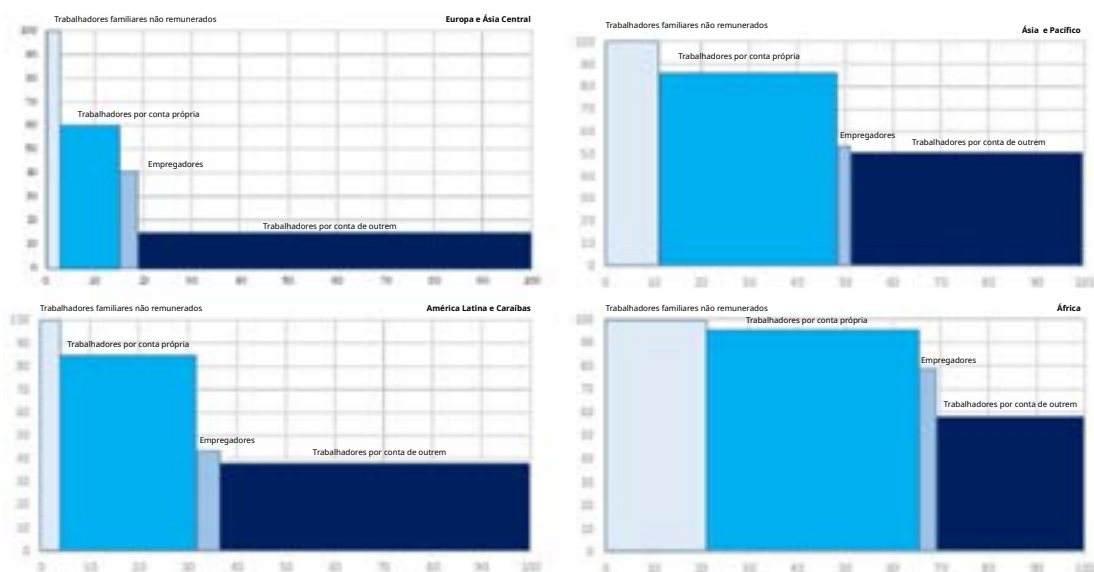
	Economias avançadas	Economias emergentes	Economias em desenvolvimento de baixo rendimento	Mundo
Estimativas informais da produção				
Banco Mundial (Ohnsorge e Yu 2021) 2010–2018 a/	17,6	32,8		29,2*
FMI (Deléchat e Medina 2021) 2010–2015 b/	15,0	27,6	38,8	n.d.
Medina e Schneider (2019) 2010–2017 b/	14,2	27,9	36,3	27,4*
Estimativas do emprego informal				
OIT 2018a (cerca de 2016)	20,9	67,3	89,1	60,5**

Nota: *=média simples; **=média ponderada. a/= modelo dinâmico de equilíbrio geral; b/= modelo de múltiplos indicadores, múltiplas causas.

Como discutido na secção de análise da literatura, as diferenças de produtividade têm sido associadas à existência de diferentes condições no mercado de trabalho, incluindo a informalidade, para os trabalhadores. A Figura 2 destaca este facto, utilizando uma desagregação simples com base no estatuto económico, embora também seja possível fazê-lo através da subdivisão sectorial ou pela dimensão das empresas.¹⁵ No caso dos trabalhadores familiares não remunerados, a informalidade é, por definição, de 100 por cento. A diferença entre as regiões do mundo é a percentagem de trabalhadores nesta categoria, sendo a mais baixa na Europa e Ásia Central, assim como na América Latina, e a mais elevada em África. As taxas de informalidade para empregadores são semelhantes em todas as regiões, assim como pessoa sua parte no emprego total.

No entanto, a divisão mais importante é entre pessoas que trabalham por conta de outrem (“trabalho assalariado”) e as que trabalham por conta própria. A Figura 2 mostra que os trabalhadores por conta de outrem apresentam pequenas percentagens de informalidade em todas as regiões do mundo, enquanto os trabalhadores por conta própria apresentam percentagens superiores a 60 por cento, mesmo na Europa e na Ásia Central. Mais uma vez, a diferença entre regiões é a proporção do emprego em cada categoria. Evidentemente, há espaço para uma política que procure facilitar a transição de cada subgrupo específico (trabalhando no eixo vertical). Mas a figura 2 deixa bem claro que existe outra via para a formalidade: trabalhar no eixo horizontal, como, por exemplo, as proporções relativas de cada categoria de trabalhadores no emprego total. Isto está sobretudo relacionado com a estrutura da economia e do mercado de trabalho.

¹⁵ Ver Quadro A1 em anexo.

► **Figura 2. Emprego informal, de acordo com a situação económica e com a região, em 2019**

Nota: Eixo Y= taxa de informalidade. Eixo X= percentagem acumulada de emprego.

Fonte: OIT, a publicar em breve.

Chegámos a conclusões semelhantes ao analisar os dados de acordo com a dimensão das unidades económicas, o que aponta para uma correlação negativa com a informalidade (ver Quadro A1 em anexo). Em todas as regiões analisadas, bem como a nível global, as taxas de informalidade para unidades económicas com apenas um trabalhador são idênticas às aqui apresentadas para trabalhadores por conta própria. A proporção do emprego informal mantém-se elevada em unidades económicas com dois a nove trabalhadores (78,7 por cento) e é ligeiramente superior a 40 por cento em unidades económicas com 10 a 49 trabalhadores. No caso das empresas com mais de 50 trabalhadores, as taxas de informalidade são, em média, inferiores a 30 por cento. Mais uma vez, a verdadeira diferença entre os grupos de rendimento dos países é a estrutura do mercado de trabalho por dimensão das unidades económicas. Os estabelecimentos com menos de dez trabalhadores representam cerca de 57 por cento do emprego total a nível global, mas este valor aumenta para mais de 80 por cento nos países com rendimento médio-baixo e baixo (82,9 por cento e 86,5 por cento, respetivamente). Além disso, a proporção de emprego em empresas com mais de 50 trabalhadores, que globalmente se situa nos 28,7 por cento, diminui para 12,9 por cento nos países de rendimento médio-baixo e para 8,2 por cento nos países de rendimento baixo. Em contrapartida, a proporção do emprego em empresas com mais de 50 trabalhadores representa 46 por cento do emprego total nos países com rendimentos elevados.

Por conseguinte, a primeira implicação política neste caso é que a composição do mercado de trabalho - em termos de situação na profissão como trabalhador por conta de outrem ou trabalhador por conta própria, por exemplo; ou sector económico de alta ou baixa produtividade, por exemplo; ou dimensão da empresa - é um fator determinante da taxa global de informalidade num país ou região. Isto está em conformidade com a visão estruturalista do mercado de trabalho e sustenta a ideia de que seria difícil reduzir os níveis de informalidade de forma contínua sem alterar as estruturas de produção e do mercado de trabalho, principalmente relacionadas com o nível e os padrões de desenvolvimento.

► 3 Metodologia

A fim de analisar a relação entre o crescimento económico e a informalidade, a nossa abordagem metodológica consistiu em efetuar uma série de regressões entre países. Concentrámo-nos na relação recorrendo a variações - e não a níveis - destas duas variáveis porque o que nos interessa é explicar o que determina os processos de formalização ou de informalização.

Ao avaliar o papel da estrutura económica na informalidade, seguimos a estratégia metodológica utilizada por Ravallion e Chen (2007) e por Loayza e Raddatz (2010), os quais associaram a composição do crescimento à evolução da pobreza.¹⁶ Basicamente, recorreremos a uma equação que relaciona as mudanças na informalidade com as mudanças na composição sectorial do crescimento nos países. Para tal, note-se que o PIB pode ser decomposto como:

$$\Delta y = \Delta \sum_s y_{st} = \sum_s \lambda_{st} \Delta y_s$$

Onde y_t = PIB *per capita* no tempo t , y_{st} PIB *per capita* no sector s no tempo t e λ_{st} é a proporção do PIB do sector s no tempo t em relação ao PIB total. Esta decomposição aplica-se também à variável estandardizada do PIB por trabalhador, calculada através da divisão do PIB global e o PIB sectorial pelo número total de trabalhadores em cada país. Usando essa decomposição, então as variações na taxa de informalidade podem ser estimadas como

$$\Delta i = a + \sum_s \beta_s \Delta y_s + \epsilon$$

Como vários autores observaram,¹⁷ se todos os coeficientes β_s forem iguais ($\beta_s = b$) nesta especificação, então esta equação converte-se numa regressão ordinária agregada entre a variação da taxa de informalidade e a variação do PIB. Assim, a hipótese a testar neste caso seria ($H_0: \beta_s = b$), se todos os coeficientes forem iguais. Caso essa hipótese não possa ser rejeitada, o que importa é o crescimento agregado e não a sua composição. Pelo contrário, se a H_0 for rejeitada, a composição do crescimento é importante para a redução da informalidade.

¹⁶ Ravallion e Chen (2007) recorreram a dados da China para analisar a relação entre a composição do crescimento e a pobreza. Loayza e Raddatz (2006) basearam-se em dados internacionais de países e relacionaram igualmente a pobreza e a composição do crescimento. Arias-Vásquez, Lee e Newhouse (2012) alargaram este tipo de análise às variáveis do emprego, embora não tenham analisado a informalidade.

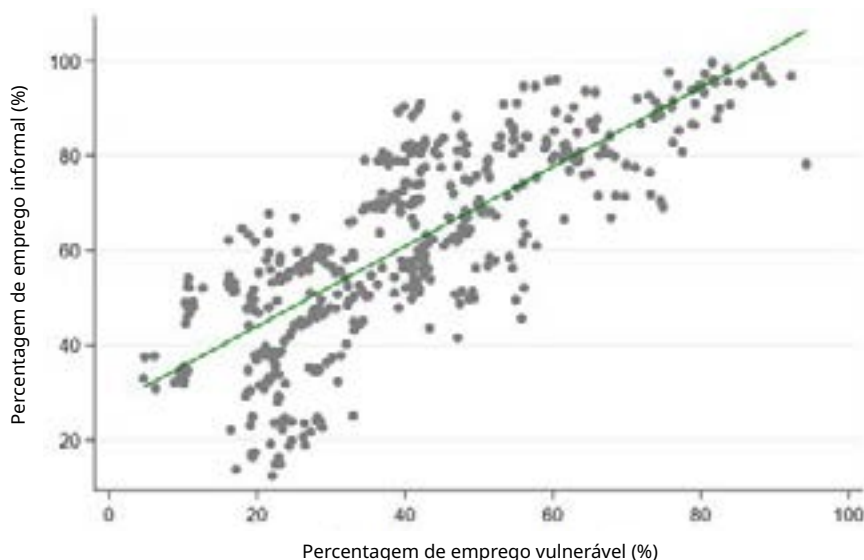
¹⁷ Loayza e Raddatz (2010) e Ravallion e Chen (2007), que utilizaram uma decomposição sectorial para analisar o papel da estrutura económica na pobreza, são alguns exemplos da utilização desta metodologia. Arias-Vásquez et al. (2012) usaram uma decomposição sectorial do PIB para analisar o papel da estrutura económica nos resultados do mercado de trabalho. Anderton et al. (2014) recorreram a uma decomposição do PIB baseada na procura para analisar o papel dos padrões de crescimento no desemprego (decomposição da Lei de Okun). Lee et al. (2021) aplicaram uma decomposição sectorial para analisar o papel da estrutura económica no desemprego (decomposição da Lei de Okun).

► 4 Dados

Para a decomposição sectorial do PIB, utilizámos duas fontes de dados alternativas. Primeiro, as informações sobre a composição sectorial do PIB são obtidas a partir dos dados de Contas Nacionais da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNdata) em sete sectores económicos.¹⁸ Este conjunto de dados inclui séries cronológicas para um vasto número de países e de períodos (desde 1970). Depois, para confirmar os nossos resultados, recorremos a uma desagregação em dez sectores da Base de Dados sobre a Transformação Económica construída pelo Instituto Mundial de Investigação em Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas e pelo Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen da Universidade de Groningen (Países Baixos). Estes dados do PIB são apresentados a preços constantes de 2015 na moeda local.

No caso da informalidade, testámos duas variáveis. A primeira é a percentagem de emprego informal no emprego total, de acordo com a definição harmonizada da OIT.¹⁹ Este conjunto de dados contém séries cronológicas para 94 países de diferentes dimensões, de 1997 a 2020. O segundo indicador, não relacionado com a informalidade, mas altamente correlacionado, é o emprego vulnerável, que representa a soma dos trabalhadores por conta própria²⁰ e dos trabalhadores familiares contribuintes. Este conjunto de dados, do ILOSTAT, contém séries cronológicas relativas a 189 países, de 1991 a 2020. Ambas as séries apresentam uma correlação importante, tal como ilustrado na figura 3.

► **Figura 3. Correlação entre o emprego informal e o emprego vulnerável, entre 1997 e 2019**



Fonte: ILOSTAT.

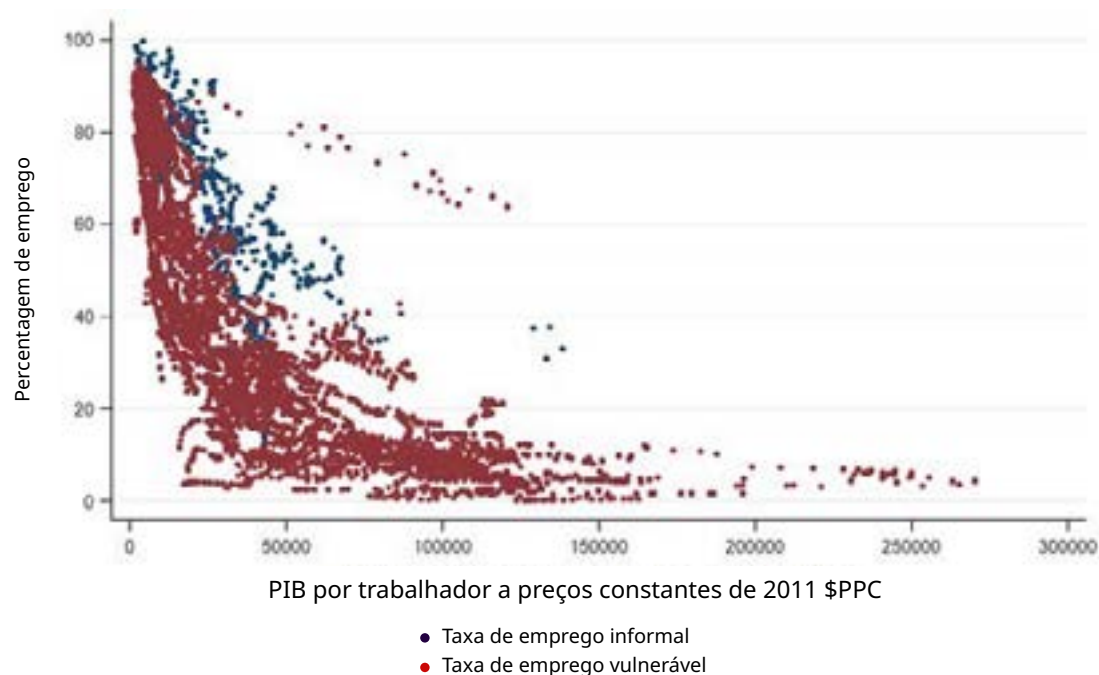
¹⁸ O Quadro A2 em anexo apresenta pormenores sobre estes sectores.

¹⁹ Os trabalhadores são considerados trabalhadores informais quando o seu empregador não efetua contribuições para a segurança social em seu nome, ou, na falta de resposta ou desconhecimento, quando não beneficiam de licença anual remunerada ou licença por doença. Os empregadores e trabalhadores por conta própria encontram-se em situação de emprego informal quando gerem negócios (ou unidades económicas) no sector informal, ou seja, em empresas privadas não registadas, que não possuem um sistema de contabilidade formal, ou que não estão inscritas nas entidades nacionais competentes. Os trabalhadores familiares contribuintes são, por definição, trabalhadores informais, independentemente de trabalharem em empresas do sector formal ou informal.

²⁰ Trabalhadores independentes sem empregados (não inclui empregadores).

A informação sobre o emprego informal é, no entanto, reduzida e concentra-se particularmente em algumas regiões do mundo. A figura 4 mostra-o claramente. Os pontos a azul correspondem às observações disponíveis para o emprego informal, enquanto os pontos a vermelho correspondem às informações disponíveis para o emprego vulnerável. É evidente que as séries de emprego informal não abrangem os países de rendimento elevado e estão mais concentradas nos países de rendimento médio. Em particular, os países da América Latina e das Caraíbas representam 36,4 por cento do número total de países em ambas as séries para 2019.

► **Figura 4. Comparação do emprego informal e do emprego vulnerável face ao PIB por trabalhador, entre 1997 a 2019**



Fonte: ILOSTAT e UNdata.

► 5 Resultados

São apresentados os resultados mais importantes da nossa análise para os dois indicadores disponíveis, o emprego informal e o emprego vulnerável.²¹

Emprego informal

A série relativa ao emprego informal e ao PIB sectorial inclui 43 países, com uma média de quase oito observações por país no período de 2000 a 2019, totalizando 331 observações em diversas variações. O Quadro 2 apresenta os principais resultados.

Testámos várias especificações econométricas para estimar a relação global em termos de variações percentuais entre o PIB e a informalidade, bem como a relação entre a composição do PIB e a informalidade: recorrendo à regressão de dados agrupados com Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), o modelo de efeitos aleatórios e o modelo de efeitos fixos. Em cada caso, apresentamos o coeficiente global (B) para o PIB e também os coeficientes sectoriais (Bs) para a composição sectorial do PIB. O teste de Hausman indica que o modelo preferido é o modelo de efeitos fixos, com uma probabilidade de erro inferior a 10 por cento. Por esta razão, utilizámos este modelo para o resto da análise.

O coeficiente do crescimento económico global sobre a informalidade indica que o efeito de um aumento de 1 por cento no PIB per capita está associado a uma redução da percentagem do trabalho informal no emprego total, em cerca de -0,32 a -0,38 por cento. Esta última foi observada no modelo de efeitos fixos.

Em seguida, procedemos à mesma análise de regressão para a composição do PIB, a fim de testar a hipótese de que todos os coeficientes são iguais. Neste caso, esta hipótese foi rejeitada com os modelos de dados em painel. Os testes de igualdade de coeficientes indicaram que, no modelo de dados agrupados, a hipótese de que todos os coeficientes são iguais não pôde ser rejeitada, com um nível de confiança de 90 por cento. No entanto, com o modelo de efeitos aleatórios e com o modelo de efeitos fixos, esta hipótese foi rejeitada com mais de 90 por cento de confiança.²²

²¹ Dado que algumas observações poderiam apresentar problemas de medição (algumas relacionadas com alterações metodológicas), recorremos a um método padrão para excluir observações “aberrantes” num contexto de análise multivariada. Especificamente, utilizámos o estimador Stahel-Donoho generalizado de localização multivariada proposto por Verardi e Vermandele (2018).

²² De acordo com Loayza e Raddatz (2010), a desagregação do PIB em alguns sectores pode afetar este tipo de teste.

► **Quadro 2. Regressão: Proporção do emprego informal no emprego total e composição do crescimento utilizando as taxas de crescimento anuais, no período de 2000 a 2019**

Variáveis	(1) Agrupado Regressão linear (OLS) - global	(2) Agrupado Regressão linear (OLS) - sectorial	(3) Painel Efeitos aleatórios - global	(4) Painel Efeitos aleatórios - sectorial	(5) Painel Efeitos fixos - global	(6) Painel Efeitos fixos - sectorial
Valor acrescentado bruto total	-0,319*** (0,066)		-0,337*** (0,062)		-0,378*** (0,069)	
Agricultura		0,235 (0,398)		0,112 (0,316)		-0,035 (0,346)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,738*** (0,249)		-0,711*** (0,241)		-0,736*** (0,261)
Construção		-0,034 (0,249)		-0,457* (0,239)		-0,605** (0,253)
Comércio, alojamento e alimentação		0,191 (0,399)		0,379 (0,314)		0,633* (0,331)
Transportes, armazenamento e comunicação		-0,489 (0,682)		-0,677 (0,601)		-1,036 (0,669)
Outras atividades		-0,455* (0,244)		-0,529** (0,210)		-0,636*** (0,243)
Constante	-0,004** (0,002)	-0,004* (0,002)	-0,003 (0,003)	-0,003 (0,003)	-0,003 (0,002)	-0,002 (0,003)
Observações	331	331	331	331	331	331
Número de países	43	43	43	43	43	43
R-quadrado	0,077	0,095			0,094	0,131
RMSE	0,0374	0,0373	0,0358	0,0356	0,0360	0,0356
Teste F/Chi 2	23,13	5,163	29,37	38,15	29,77	7,087
Prob > F/Chi 2	2.31e-06	4.36e-05	5.98e-08	1.05e-06	1.05e-07	4.80e-07
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		1,509		8,114		2,849
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		0,199		0,0875		0,0243

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e UNdata.

Estes resultados indicam que existem diferenças no efeito do crescimento em diferentes sectores sobre a informalidade. Significa também que o que importa não é apenas o crescimento económico global, mas um determinado tipo ou padrão de crescimento. Particularmente, há alguns sectores com coeficientes negativos elevados, como a indústria extrativa, a indústria transformadora e os serviços públicos, a construção e outras atividades, que podem ser vistos como sectores modernos, ao contrário dos sectores tradicionais, como a agricultura.²³ No entanto, isto não significa que os outros sectores não tenham relevância para uma estratégia global de combate à informalidade, ao poderem estar a apoiar a transição para a formalidade a um nível mais amplo. A ideia de “transição para a formalidade” remete para um processo gradual, que inclui políticas de apoio à “formalização” dos trabalhadores e das empresas com maior potencial de formalização e também políticas para fazer face aos défices de trabalho digno dos trabalhadores e das unidades económicas da economia informal.²⁴

O conjunto de dados é pequeno e não permite uma desagregação pormenorizada. No entanto, os Quadros A3 e A4 do anexo decompõem os resultados por nível de rendimento e por regiões geográficas. Em virtude do reduzido número de observações, o foco incide sobre uma decomposição entre países de baixo rendimento e de rendimento médio-baixo e entre países de rendimento médio-alto e de rendimento elevado. Nas duas primeiras colunas do Quadro A3, reproduzimos os resultados do modelo de efeitos fixos do Quadro anterior. No caso dos países com rendimento baixo e médio-baixo, verificámos que o efeito do crescimento económico global é bastante inferior (-0,06), sendo estatisticamente não significativo. E no caso dos países com um rendimento médio-alto e elevado, o coeficiente continua a ser significativo, sendo maior (-0,48) do que o coeficiente encontrado para a amostra completa (-0,37). O efeito não significativo do crescimento global nos grupos de países com rendimentos mais baixos pode também ser influenciado pelo pequeno número de países desta amostra.

Ao analisarmos os resultados obtidos por dez sectores económicos (Quadro A5 em anexo), concluímos que os sectores onde o crescimento económico resulta em maiores reduções da informalidade nos países de baixo rendimento são a indústria extrativa, a indústria transformadora e os serviços públicos. Em relação aos países com rendimento elevado, os sectores que apresentam coeficientes mais negativos para a informalidade são os da construção e outras atividades.

Emprego vulnerável

Com o objetivo de comprovar os nossos resultados com um conjunto de dados mais alargado, utilizámos o segundo indicador como *proxy* da informalidade: a percentagem de trabalhadores vulneráveis no emprego total.²⁵ Neste caso, o conjunto de dados combinados inclui informações referentes a 182 países entre 1991 e 2019, fornecendo informações para cerca de 4800 observações (em variações).

Quando este indicador foi utilizado na especificação dos seis sectores, confirmaram-se os resultados da regressão anterior (Quadro 3). O teste de Breusch-Pagan sugere que é mais adequado utilizar um modelo de dados em painel em vez de um modelo de dados agrupados. No entanto, neste caso, o teste de Hausman indica que não há diferenças entre um modelo de efeitos aleatórios e um modelo de efeitos fixos.²⁶

De qualquer modo, os resultados são semelhantes nos três modelos. Confirma-se o efeito global que o crescimento do PIB tem sobre a redução da percentagem de emprego vulnerável, embora a magnitude deste efeito seja notavelmente menor (-15,7 por cento) do que na análise anterior, visto que este conjunto de dados contém informações sobre a maioria dos países com baixos rendimentos. Em geral, uma redução de 1 por cento na taxa de emprego vulnerável requer um crescimento económico global de 6 por cento.

²³ Este sector inclui as seguintes atividades: intermediação financeira; atividades imobiliárias, arrendamento e negócios; administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde e ação social; outros serviços comunitários e sociais e atividades pessoais; atividades dos agregados familiares; e organizações extraterritoriais.

²⁴ Ver OIT, Recomendação (n.º 204) sobre a Transição da Economia Informal para a Formal (2015).

²⁵ Trata-se de um *proxy*. Os trabalhadores com trabalhos vulneráveis representam a maioria dos trabalhadores informais em países com rendimento baixo e médio-baixo, mas não necessariamente em países com um rendimento alto, onde a informalidade entre os trabalhadores é relativamente mais significativa. Além disso, seria de esperar que uma grande proporção de trabalhadores por conta própria nos países com baixos rendimentos tivesse um emprego vulnerável, em comparação com os países com rendimentos mais elevados. Entretanto, utilizámo-la aqui porque nos permitiu recorrer a um conjunto de dados maior.

²⁶ Neste caso, não foi impedimento considerar os resultados do modelo de efeitos fixos, uma vez que a perda de eficiência é pequena, tendo em conta o elevado número de observações neste conjunto de dados.

► **Quadro 3. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019**

Variáveis	(1) Agrupado Regressão linear (OLS) - global	(2) Agrupado Regressão linear (OLS) - sectorial	(3) Painel Efeitos aleatórios - global	(4) Painel Efeitos aleatórios - sectoriais	(5) Painel Efeitos fixos - global	(6) Painel Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,140*** (0,009)		-0,150*** (0,010)		-0,157*** (0,013)	
Agricultura		-0,074*** (0,021)		-0,079 (0,024)		-0,082*** (0,021)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,144*** (0,017)		-0,153*** (0,018)		-0,157*** (0,015)
Construção		-0,259*** (0,038)		-0,263*** (0,039)		-0,265*** (0,041)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,122*** (0,033)		-0,143*** (0,034)		-0,155*** (0,041)
Transportes, armazenamento e comunicação		-0,280*** (0,058)		-0,279*** (0,066)		-0,280*** (0,064)
Outras atividades		-0,112*** (0,024)		-0,123*** (0,025)		-0,129*** (0,027)
Constante	-0,004*** (0,000)	-0,004*** (0,000)	-0,003*** (0,001)	-0,004*** (0,001)	-0,003*** (0,000)	-0,003*** (0,000)
Observações	4796	4792	4796	4792	4796	4792
Número de países	182	182	182	182	182	182
R-quadrado	0,044	0,052			0,052	0,060
RMSE	0,0285	0,0284	0,0274	0,0273	0,0269	0,0267
Teste F/Chi 2	245,4	49,38	246,9	290	147,2	33,53
Prob > F/Chi 2	0	0	0	0	0	0
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		5,417		18,20		4,397
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		0,000238		0,00113		0,00204

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e UNdata.

Além disso, esta regressão também veio confirmar a rejeição da hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais e, mais uma vez, que a composição do crescimento é importante para a redução da percentagem do emprego vulnerável. Existe um coeficiente negativo estatisticamente significativo de vários sectores específicos, em particular, o da construção, dos transportes, do armazenamento e das comunicações. A agricultura tem um coeficiente negativo menor, provavelmente devido à sua maior intensidade de mão de obra, especialmente em países com um rendimento baixo, onde se concentram atividades de baixa produtividade, para as quais seria necessário um maior impulso de crescimento. Implica igualmente uma transição de atividades de baixa produtividade para atividades de maior produtividade (por exemplo, a agricultura voltada para a exportação tende a apresentar taxas de formalidade mais elevadas). Acresce que este parece ser um sector difícil de gerir para as políticas de desenvolvimento do ponto de vista institucional nesses países. Em todo o caso, vários estudos indicam que, devido à elevada intensidade do trabalho, este sector é fundamental para a redução da pobreza (ver, por exemplo, Loayza e Raddatz 2010).²⁷ Em geral, seria igualmente importante refletir sobre o papel do sector dos serviços na redução da informalidade, uma vez que muitos países em desenvolvimento dependem dos serviços.

Tirando partido do vasto conjunto de dados, decomposemos os resultados por nível de rendimentos e por regiões geográficas. O Quadro 4 mostra a decomposição por nível de rendimentos segundo o modelo de efeitos fixos. Primeiramente, importa referir que o efeito global do crescimento sobre a percentagem de emprego vulnerável (como *proxy* de informalidade) aumenta com o nível de rendimento. Aumenta de -0,053 nos países de baixo rendimento, de -0,136 nos países de rendimento médio-baixo, de -0,219 nos países de rendimento médio-alto e de -0,231 nos países de rendimento elevado.

Ainda mais importante, tendo em conta um número suficiente de observações para cada grupo em termos de nível de rendimento neste conjunto de dados, exclui-se a hipótese nula sobre a igualdade dos coeficientes sectoriais em todos os grupos de rendimento dos países, com um nível de confiança de pelo menos 85 por cento. Os coeficientes para a indústria extrativa, para a indústria transformadora e para os serviços públicos, assim como para a construção, são estatisticamente significativos em todos os grupos de rendimento dos países. Contudo, os vários sectores que são relevantes para cada grupo de rendimento dos países variam consoante as características específicas de cada sector e o nível de desenvolvimento económico. Por exemplo, o coeficiente do sector de outras atividades é significativo nos países com um rendimento elevado e médio-alto. O coeficiente para o sector da agricultura não é significativo em países com um rendimento médio-baixo e elevado, enquanto o coeficiente para o sector do comércio, alojamento e produtos alimentares é significativo em países com um rendimento médio-baixo e médio. O coeficiente para o sector dos transportes, armazenamento e comunicações é significativo nos países com rendimentos médios-altos e elevados.

O Quadro 5 apresenta os resultados da de composição sectorial por região geográfica. Aqui confirmamos os resultados mais importantes. Em primeiro lugar, existe uma relação entre o crescimento do PIB e a redução da percentagem do emprego vulnerável (*proxy* da informalidade), a qual varia consoante a região. Em particular, o coeficiente em África é pequeno (-0,087), mas é ainda mais pequeno (-0,31) na América Latina e nas Caraíbas.

Em segundo lugar, a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais pode ser rejeitada, exceto na Europa e na Ásia Central. Contudo, importa ter em conta que os sectores mais importantes não se encontram em todas as regiões geográficas. A agricultura não é estatisticamente significativa em todas as regiões. Em contrapartida, a indústria extrativa, a indústria transformadora e os serviços públicos são estatisticamente significativos e negativos em todas as regiões, embora a construção tenha um coeficiente negativo relevante, exceto na América Latina e nas Caraíbas, onde não atinge 90 por cento de confiança estatística (p-valor de 0,117). O coeficiente para o comércio, alojamento e produtos alimentares é significativo na América Latina e nas Caraíbas, no Leste e Sul da Ásia e no Pacífico.²⁸

²⁷ No Quadro A5 em anexo, é apresentada a mesma análise de regressão com uma desagregação em dez sectores, utilizando dados de Groningen, e os resultados confirmam que o crescimento sectorial tem impacto na formalização. Os efeitos negativos relevantes da indústria transformadora e da construção mantêm-se estatisticamente significativos. Os serviços financeiros, assim como o sector dos transportes, comunicações, imobiliário, negócios e administração, também apresentam coeficientes negativos significativos. Por outro lado, os restantes sectores não demonstram efeitos significativos.

²⁸ Ver, por exemplo, Quicaña 2021.

Os transportes, o armazenamento e as comunicações são um sector significativo na Europa, Ásia Central e África, enquanto outras atividades apresentam um coeficiente inferior, estatisticamente não significativo, na América Latina e nas Caraíbas.

Estes resultados implicam que o importante é o padrão de crescimento e confirmam que, para uma dada taxa de crescimento do PIB, a existência de diferentes padrões sectoriais de crescimento pode levar a respostas diferentes na percentagem do emprego vulnerável (*proxy* de informalidade).

Por último, o Quadro 6 apresenta a evolução desta relação ao longo do tempo. Recorde-se que, para o período completo de 1991 a 2019, o coeficiente estimado do crescimento global sobre a percentagem de emprego vulnerável (*proxy* da informalidade) é de -0,157 (Quadro 3). Se repartirmos esta estimativa por subperíodos, observamos que o coeficiente é mais baixo entre 1991 e 2000, com -0,107. Mas depois aumenta para -0,192 entre 2001 e 2010, antes de voltar a diminuir, para -0,146 entre 2010 e 2019. Desta forma, o efeito do crescimento sobre a taxa de informalidade (medida pela percentagem de emprego vulnerável) não é constante ao longo do tempo. A figura A3 em anexo mostra claramente os coeficientes estimados para o crescimento global ao longo do tempo. Embora seja necessária mais investigação, a fase específica do ciclo económico (crescimento, crise) em que a estimativa é efetuada pode ser um fator determinante para esta conclusão.

A figura A4 em anexo detalha ainda mais esta conclusão, utilizando ventis de rendimento, e confirma que o efeito do crescimento económico na informalidade também não é constante entre os grupos de rendimento. De um modo geral, o nosso coeficiente estimado para a relação entre o PIB e a informalidade é de -0,157, o que significa que o PIB teria de aumentar cerca de 6 por cento para reduzir a informalidade em 1 por cento. Nesta relação, a elasticidade torna-se mais negativa (aumenta em valor absoluto) nos países de rendimento médio e volta a diminuir nos países de rendimento elevado. Isto significa que o mesmo crescimento pode ter um impacto diferente na informalidade, dependendo do nível de rendimento, possivelmente devido aos níveis pré-existentes de informalidade, mas também a outros fatores, como a estrutura económica e os quadros institucionais.

► Quadro 4. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por grupo de países, segundo o nível de rendimentos, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Mundo	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,157*** (0,013)		-0,053*** (0,009)		-0,136*** (0,017)		-0,219*** (0,020)		-0,231*** (0,053)	
Agricultura		-0,082*** (0,021)		-0,042*** (0,010)		-0,049 (0,040)		-0,199*** (0,039)		0,020 (0,328)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,157*** (0,015)		-0,076*** (0,011)		-0,168*** (0,023)		-0,162*** (0,018)		-0,223*** (0,057)
Construção		-0,265*** (0,041)		-0,120*** (0,036)		-0,217*** (0,053)		-0,325*** (0,069)		-0,466*** (0,121)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,155***		-0,003		-0,140**		-0,306***		-0,157
Transportes, armazenamento e comunicação		(0,041)		(0,027)		(0,061)		(0,074)		(0,117)
		-0,280***		-0,006		-0,163		-0,334***		-0,592**
		(0,064)		(0,078)		(0,108)		(0,095)		(0,237)
Outras atividades		-0,129*** (0,027)		-0,057** (0,025)		-0,105*** (0,034)		-0,171*** (0,043)		-0,164* (0,086)
Constante	-0,003*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	-0,004*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,001)
Observações	4796	4792	714	713	1309	1309	1324	1324	1449	1446
Número de países	182	182	28	28	48	48	50	50	56	56
R-quadrado	0,052	0,060	0,086	0,098	0,066	0,075	0,110	0,125	0,030	0,037
RMSE	0,0269	0,0267	0,00913	0,00894	0,0204	0,0204	0,0282	0,0280	0,0349	0,0348
Teste F	147,2	33,53	36,19	19,69	64,87	16,08	124,2	42,29	19,20	8,501
Prob > F	0	0	2,03e-06	1,06e-08	2,11e-10	5,98e-10	0	0	5,33e-05	1,53e-06
Teste F - coeficientes iguais, todos		4,397		3,633		2,710		1,879		1,768
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,00204		0,0171		0,0412		0,129		0,148

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.
Fonte: ILOSTAT e UNdata.

► Quadro 5. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por grupo de países, segundo a região geográfica, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
	Mundo		América Latina e Caráíbas		Ásia Oriental/Sul e Pacífico		Europa e Ásia Central			África
	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,157*** (0,013)		-0,314*** (0,050)		-0,158*** (0,021)		-0,224*** (0,023)		-0,087*** (0,014)	
Agricultura		-0,082*** (0,021)		-0,280* (0,155)		-0,049 (0,037)		-0,184*** (0,030)		-0,043*** (0,012)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,157*** (0,015)		-0,363*** (0,079)		-0,160*** (0,031)		-0,192*** (0,023)		-0,122*** (0,022)
Construção		-0,265*** (0,041)		-0,238 (0,147)		-0,207*** (0,042)		-0,319*** (0,090)		-0,189*** (0,052)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,155*** (0,041)		-0,585*** (0,139)		-0,167*** (0,042)		-0,117 (0,117)		-0,041 (0,035)
Transportes, armazenamento e comunicação		-0,280*** (0,064)		-0,184 (0,337)		-0,075 (0,167)		-0,482*** (0,138)		-0,116** (0,053)
Outras atividades		-0,129*** (0,027)		-0,080 (0,168)		-0,187*** (0,057)		-0,195*** (0,043)		-0,064* (0,037)
Constante	-0,003*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	0,001* (0,000)	-0,000 (0,001)	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,000)	-0,002*** (0,001)	-0,003*** (0,001)	-0,004*** (0,000)	-0,005*** (0,000)
Observações	4796	4792	815	812	933	933	1225	1224	1768	1768
Número de países	182	182	30	30	34	34	48	48	68	68
R-quadrado	0,052	0,060	0,097	0,110	0,070	0,076	0,057	0,069	0,044	0,053
RMSE	0,0269	0,0267	0,0302	0,0300	0,0205	0,0205	0,0364	0,0362	0,0189	0,0188
Teste F	147,2	33,53	38,97	9,112	58,36	21,29	91,35	21,72	37,33	10,83
Prob > F	0	0	8,21e-07	1,24e-05	8,56e-09	4,75e-10	0	0	5,71e-08	2,16e-08
Teste F - coeficientes iguais, todos		4,397		1,941		3,310		0,519		4,791
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,00204		0,130		0,0219		0,722		0,00185

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e UNdata.

► Quadro 6. Regressão: Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, por década e utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019

Variáveis	1991-2019		1991-2000		2001-2010		2011-2019	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	Efeitos fixos-global	Efeitos fixos-sectoriais	Efeitos fixos-global	Efeitos fixos-sectoriais	Efeitos fixos-global	Efeitos fixos-sectoriais	Efeitos fixos-global	Efeitos fixos-sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,157*** (0,013)		-0,107*** (0,013)		-0,192*** (0,021)		-0,146*** (0,032)	
Agricultura		-0,082*** (0,021)		-0,055*** (0,014)		-0,082*** (0,028)		--0,028 (0,050)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,157*** (0,015)		-0,108*** (0,026)		-0,209*** (0,027)		-0,107*** (0,051)
Construção		-0,265*** (0,041)		-0,183*** (0,057)		-0,267*** (0,054)		-0,235*** (0,094)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,155***		-0,122***		-0,189***		-0,259***
Transportes, armazenamento e comunicação		(0,041)		(0,047)		(0,065)		(0,085)
		-0,280***		-0,206***		-0,242*		-0,060
		(0,064)		(0,068)		(0,125)		(0,154)
Outras atividades		-0,129***		-0,068**		-0,178***		-0,178**
		(0,027)		(0,031)		(0,050)		(0,074)
Constante	-0,003*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,003*** (0,000)	-0,004*** (0,001)	-0,005*** (0,000)	-0,005*** (0,001)
Observações	4796	4792	1511	1510	1721	1718	1564	1564
Número de países	182	182	179	179	181	181	181	181
R-quadrado	0,052	0,060	0,048	0,056	0,063	0,067	0,025	0,0264
RMSE	0,0269	0,0267	0,0206	0,0205	0,0257	0,0257	0,0264	4,567
Teste F	147,2	33,53	65,53	15,86	83,62	18,05	20,86	0,000244
Prob > F	0	0	0	0	0	0	9,16e-06	2,085
Teste F - coeficientes iguais, todos		4,397		1,998		18,05		0,0847
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,00204		0,0968		0,00136		

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e UNdata.

De notar que, de acordo com Anderton et al. (2014), os coeficientes β_s representam apenas a capacidade de resposta da taxa de informalidade (aqui representada pelo emprego vulnerável) do sector s para o crescimento num sector específico. O efeito total de um sector específico no PIB deve ser determinado incluindo o peso relativo desse sector no PIB total (λ_s = percentagem média do PIB do sector s no tempo t). Portanto, $\beta_s \cdot \lambda_s$ representa a capacidade de resposta proporcional da informalidade (representada pelo emprego vulnerável) às alterações em cada componente sectorial do PIB (elasticidades dos componentes), e a soma de todas essas elasticidades ($\sum \beta_s \cdot \lambda_{st}$) deve ser aproximadamente equivalente à capacidade de resposta *informal* global ao PIB. Portanto, com base no coeficiente sectorial estimado β_s podemos calcular a elasticidade do impacto de um aumento de 1 ponto percentual no sector s , considerando que $\beta_s \cdot \lambda_{st}$ representa a participação média desse sector ao longo do tempo.

O Quadro 7 apresenta o resultado desta decomposição sobre o emprego vulnerável. Neste caso, todos os sectores apresentam coeficientes estatisticamente significativos e exercem um impacto negativo no emprego vulnerável. No entanto, cada sector contribui em diferentes magnitudes. O principal contribuinte para a redução da percentagem que representa o emprego vulnerável são as outras atividades, com um coeficiente avaliado em -0,129 e um peso relativo mais elevado no PIB total de 33,8 por cento. Por esta razão, a sua contribuição individual para o efeito global é de 27,7 por cento (-0,044/0,157). O segundo sector mais significativo é o da indústria extrativa, transformadora e dos serviços públicos, com uma intensidade de 0,157 (semelhante à do PIB total), e o seu peso relativo no PIB total é de 22,6 por cento, pelo que a sua contribuição é também de 22,6 por cento (-0,036/-0,157). Note-se que a construção e os transportes, o armazenamento e as comunicações têm os coeficientes estimados mais elevados, mas os seus pesos relativos são menores, sendo a sua contribuição para o efeito global de 10,3 por cento e 15,3 por cento, respetivamente.

► **Quadro 7. Decomposição sectorial do efeito do crescimento do PIB na proporção de emprego vulnerável, entre 1991 e 2019**

	Intensidade $(\hat{\beta}_s)$	Sig.	Peso médio $(\bar{\lambda}_{st})$	Elasticidade dos componentes $(\hat{\beta}_s \bar{\lambda}_{st})$	Estimativa de percentagem de contribuição
Agricultura	-0,082	***	0,141	-0,012	7,4%
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos	-0,157	***	0,226	-0,036	22,6%
Construção	-0,265	***	0,061	-0,016	10,3%
Comércio, alojamento e alimentação	-0,155	***	0,155	-0,024	15,3%
Transporte, armazenamento e comunicação	-0,280	***	0,079	-0,022	14,1%
Outras atividades	-0,129	***	0,338	-0,044	27,7%
Valor acrescentado bruto total	-0,157	***	1,000	-0,157	100,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

► 6 Controlos de robustez

De seguida, realizámos verificações de robustez para explorar se os nossos resultados persistem utilizando diferentes alternativas metodológicas.

Testes de endogeneidade

A primeira verificação consistiu em controlar a possível endogeneidade, uma vez que a produção e o emprego são determinados ao mesmo tempo e ambas as variáveis podem ser influenciadas por fatores semelhantes que não estão incluídos no modelo estimado. Embora este modelo seja simplificado no nosso caso, pois controlámos os efeitos fixos, seguimos a abordagem de Anderton et al. (2014) e realizámos uma abordagem de método dos momentos generalizados em duas fases. Em particular, utilizámos como instrumentos as variáveis desfasadas das variáveis explicativas, que não são contemporâneas e, por conseguinte, não estão correlacionadas com a variável dependente e as quais são independentes do erro na regressão. Recorremos a três desfasamentos para a regressão do crescimento global e a dois desfasamentos para a especificação do crescimento sectorial - devido à maior complexidade dos cálculos neste caso. E seguimos a sugestão de Blundell e Bond (1998) de utilizar como instrumentos apenas os valores disponíveis em cada momento para evitar a perda de graus de liberdade.

Os resultados do Quadro 8 indicam que a composição sectorial do crescimento continua a ser estatisticamente significativa. Todos os coeficientes são significativos, e os sinais negativos indicam que os coeficientes diferem significativamente uns dos outros. Por conseguinte, a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais é novamente rejeitada nos casos em que utilizámos instrumentos. Além disso, o teste de Hansen - a estatística J e o seu valor p - indica que este modelo está bem especificado e que os instrumentos são adequados.

► **Quadro 8. Modelo de regressão do método generalizado dos momentos (GMM): Proporção de emprego vulnerável e composição do crescimento, utilizando as taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019**

Variáveis	GMM - global	GMM - sectorial
Valor acrescentado bruto total	-0,190*** (0,016)	
Agricultura		-0,062*** (0,005)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,098*** (0,004)
Construção		-0,207*** (0,010)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,210*** (0,017)
Transporte, armazenamento e comunicação		-0,686*** (0,032)
Outras atividades		-0,122*** (0,010)
Constante	-0,002*** (0,001)	-0,002*** (0,000)
Observações	4796	4792
Estatística de Hansen J	87,43	177
Valor de p (teste de Hansen)	0,195	0,443
RMSE	0,0287	0,0287
Teste de χ^2 - coeficientes iguais, todos		193,2
Prob > χ^2 - coeficientes iguais, todos		0

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e UNdata.

Uma definição alternativa: PIB informal

Um segundo controlo permitiu verificar se os nossos resultados se mantêm mesmo que utilizemos outro indicador de informalidade. Até agora, explorámos dois indicadores: a percentagem do emprego informal e a percentagem do emprego vulnerável. A dimensão do emprego é importante, mas é apenas uma das dimensões deste conceito. Desta forma, explorámos outra dimensão da informalidade relacionada com as atividades produtivas informais, ou produção informal, como *proxy* desta contribuição.

Fizemos as mesmas regressões como anteriormente, e o Quadro 9 apresenta os resultados. A variável dependente é a proporção do PIB que corresponde à informalidade, medida com base na dimensão da economia paralela, estimado por Medina e Schneider (2019) por meio de uma abordagem indireta que se fundamenta num método de múltiplos indicadores e causas.²⁹ Notámos que o efeito global do PIB é estatisticamente significativo e negativo, situando-se aproximadamente entre -0,28 e -0,33. Na regressão sobre a composição sectorial do PIB, mais uma vez, encontramos coeficientes significativamente negativos (exceto

²⁹ Medina e Schneider (2019) definiram a economia paralela ou informal como “todas as atividades económicas que se encontram fora do conhecimento das autoridades oficiais, devido a motivos monetários, regulatórios e institucionais”.

no caso das outras atividades). O teste de Hausman indica que é preferível o modelo de efeitos fixos. Ainda mais importante, o teste de igualdade de parâmetros é novamente rejeitado, confirmando que os nossos resultados se mantêm mesmo quando utilizamos uma medida alternativa de informalidade.³⁰

► **Quadro 9. Regressão: Dimensão da economia paralela e composição do crescimento com base nas taxas de crescimento anual, de 1991 a 2017**

Variáveis	(1) Painel Efeitos aleatórios - global	(2) Painel Efeitos aleatórios - sectoriais	(3) Painel Efeitos fixos - global	(4) Painel Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,279*** (0,018)		-0,337*** (0,020)	
Agricultura		-0,116*** (0,045)		-0,145*** (0,047)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,322*** (0,035)		-0,378*** (0,037)
Construção		-0,545*** (0,081)		-0,611*** (0,085)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,518*** (0,059)		-0,564*** (0,062)
Transporte, armazenamento e comunicação		-0,789*** (0,131)		-0,917*** (0,137)
Outras atividades		0,110** (0,045)		0,072 (0,048)
Constante	-0,006*** (0,001)	-0,007*** (0,001)	-0,005*** (0,001)	-0,006*** (0,001)
Observações	3828	3823	3828	3823
Número de países	156	156	156	156
R-quadrado			0,071	0,098
RMSE	0,0395	0,0390	0,0398	0,0393
Teste F/Chi 2	249,9	367,1	281,5	66,57
Prob > F/Chi 2	0	0	0	0
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		104,3		26,07
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		0		0
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, agricultura e comércio		28,59		28,94
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, agricultura e comércio		8.95e-08		7.93e-08
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, outros sectores		79,50		39,67
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, outros sectores		0		0

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT, UNdata e base de dados Medina e Schneider.

³⁰ Neste caso, também utilizámos um estimador GMM para controlar a endogeneidade, e as nossas conclusões permaneceram inalteradas.

Ter em consideração as variáveis institucionais

Finalmente, existe também a possibilidade de os nossos resultados serem influenciados por outras variáveis que afetam a relação entre a informalidade e o crescimento. Conforme mencionado na secção de análise da literatura, esta tem dado grande atenção ao papel das variáveis institucionais. Assim, procedemos novamente às nossas estimativas, controlando as variáveis relacionadas com o enquadramento legal ou institucional.

Os resultados deste exercício são apresentados no Quadro 10, caso o emprego vulnerável seja a variável dependente.³¹ Quanto às variáveis institucionais, incluímos as seguintes variáveis que foram utilizadas na literatura relacionada anteriormente revista:

- a) O Índice de Legislação de Proteção do Emprego da OIT (EPLex) é uma média ponderada de nove indicadores em cinco áreas: requisitos substantivos para o despedimento, período máximo de experiência, requisitos processuais para os despedimentos, indemnizações por despedimento e por cessação de funções, bem como vias de recurso.³² Estão disponíveis dados anuais para 103 países entre 2000 e 2020.
- b) Os componentes que dizem respeito às práticas de contratação e despedimento, assim como à flexibilidade salarial no âmbito do Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial (Schwab 2019). Estão disponíveis dados anuais para 152 países entre 2007 e 2019.
- c) O Índice de Liberdade Económica do Mundo, elaborado pelo *Fraser Institute* (2019), combina medidas em cinco áreas: dimensão do governo, sistema e direitos de propriedade, estabilidade da moeda, liberdade de comércio internacional e regulamentação. Estão disponíveis dados anuais para 165 países entre 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995 e entre 2000 a 2019.
- d) O Índice de Liberdade Económica, estimado pela *The Heritage Foundation*, abrange quatro categorias: estado de direito, dimensão do governo, eficiência regulamentar e mercados abertos. Estão disponíveis dados anuais para 184 países entre 1995 a 2019.
- e) A componente “lei e ordem” do Índice de Risco Político do Guia Internacional de Risco por País do Grupo de Serviços de Risco Político. Para avaliar o elemento “lei”, foram consideradas a força e a imparcialidade do sistema jurídico, enquanto o elemento “ordem” é uma avaliação da observância da lei por parte da população. Estão disponíveis dados anuais para 145 países desde 1984 até 2020.
- f) A corrupção no sistema político é um dos elementos do Índice de Risco Político do Guia Internacional de Risco País, do Grupo de Serviços de Risco Político.

Primeiro, incluímos variáveis associadas às regulamentações do mercado de trabalho - proteção no emprego, contratação e despedimento, e flexibilidade na determinação de salários. Essas variáveis não afetaram os nossos resultados estimados e revelaram-se estatisticamente não significativas.

Em seguida, incluímos a variável relacionada com a liberdade económica, e esta inclusão também não afetou os nossos resultados, à exceção de uma pequena redução na magnitude dos coeficientes de crescimento económico. Os coeficientes do índice da *Heritage Foundation* são positivos e estatisticamente significativos a 5 por cento, e o coeficiente positivo do índice do *Fraser Institute* também se revela estatisticamente significativo a 10 por cento, embora apenas para a regressão do crescimento sectorial e não para a especificação geral do crescimento. Não identificámos os respetivos coeficien-

³¹ A Figura A4 em anexo apresenta os resultados no caso do emprego informal como variável dependente. Os resultados são basicamente os mesmos. A forte relação entre as variações no PIB sectorial e a informalidade mantém-se praticamente inalterada em todas as estimativas.

³² Este índice assemelha-se ao rigor da proteção do emprego (no âmbito do Índice de Legislação de Proteção do Emprego) para despedimentos individuais e coletivos (contratos regulares), publicado para um grupo mais reduzido de países pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (coeficiente de correlação em torno de 0,8).

tes estatisticamente significativos nas regressões que utilizam o emprego informal e, nesse caso, apresentam um sinal negativo. Uma vez que ambos os indicadores estão mais relacionados com a regulamentação dos mercados de produtos, estes resultados podem indicar que o tipo de regulamentação das atividades económicas desempenha um papel na evolução da informalidade, medida como emprego vulnerável. Mas este tema específico requer mais investigação.

Em seguida, incluímos o índice de lei e ordem, que avalia a capacidade dos Estados para implementar regulamentos. Mais uma vez, os nossos resultados mantêm-se e esta variável acaba por não ser significativa. Por último, incluímos também um indicador de corrupção, medido pelo componente de corrupção do Guia Internacional de Risco País (ICRG). Também neste caso, os nossos resultados se mantêm e esta variável não é estatisticamente significativa.

Resumindo, os nossos resultados mantiveram-se válidos após a inclusão de diversas variáveis institucionais, e a maioria delas revelou-se estatisticamente não significativa quando correlacionámos as variações na informalidade com as variações nas variáveis económicas e institucionais. A exceção é o Índice de Liberdade Económica para o emprego vulnerável, embora este não tenha sido estatisticamente significativo quando utilizamos a definição de emprego informal. Estes resultados podem divergir de outros estudos em relação a variáveis institucionais, uma vez que a nossa análise se baseou nas variações, enquanto a maioria dos estudos realiza as suas estimativas econométricas utilizando os níveis das variáveis. Normalmente, as variáveis institucionais não têm tanta variação como a informalidade, o que pode ajudar a explicar estes resultados. Outra diferença significativa é que, por definição, a nossa estimativa também teve em conta o crescimento a nível sectorial. Em todo o caso, este exercício permite-nos confirmar que as nossas conclusões sobre a importância da estrutura económica na evolução da informalidade não foram afetadas após a introdução de variáveis institucionais.

► Quadro 10. Regressão que controla os fatores institucionais: Proporção de emprego vulnerável e composição, utilizando as taxas de crescimento anuais

Variáveis	(1) Painel	(2) Painel	(3) Painel	(4) Painel	(5) Painel	(6) Painel	(7) Painel	(8) Painel	(9) Painel	(10) Painel	(11) Painel	(12) Painel
	Efeitos fixos - crescimento global e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento sectorial e legislação de protecção do emprego	Efeitos fixos - crescimento global e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento sectorial e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento global e a liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento sectorial e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento global e corrupção	Efeitos fixos - crescimento sectorial e corrupção
Valor acrescentado bruto total	(0,054)		(0,033)		-0,177*** (0,023)		-0,179*** (0,018)		-0,141*** (0,018)		-0,140*** (0,018)	
Agricultura		-0,025 (0,093)		-0,108 (0,066)		-0,053 (0,039)		-0,064** (0,028)		-0,013 (0,023)		-0,014 (0,023)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,159** (0,073)		-0,186*** (0,041)		-0,161*** (0,032)		-0,177*** (0,023)		-0,145*** (0,024)		-0,144*** (0,024)
Construção		-0,263 (0,169)										
Comércio, alojamento e alimentação		-0,332** (0,130)		(0,091)		(0,073)		(0,057)		(0,071)		(0,071)
Transportes, armazenamento e comunicação		-0,081 (0,258)		(0,094)		-0,261*** (0,084)		-0,231*** (0,060)		-0,162** (0,064)		-0,159** (0,064)
Outras atividades		-0,259** (0,122)		-0,200		-0,177 (0,131)		-0,264** (0,115)		(0,103)		(0,103)
Legislação em matéria de protecção do emprego	-0,038 (0,052)	-0,042 (0,052)				-0,181*** (0,053)		-0,128*** (0,042)		-0,120*** (0,038)		-0,120*** (0,038)
Práticas de contratação e despedimento			0,009 (0,009)	0,009								
Flexibilidade na determinação de salários			0,013 (0,012)	0,012 (0,012)								
Liberdade económica - Fraser Institute					0,037 (0,025)	0,044* (0,025)						

Variáveis	(1) Painel	(2) Painel	(3) Painel	(4) Painel	(5) Painel	(6) Painel	(7) Painel	(8) Painel	(9) Painel	(10) Painel	(11) Painel	(12) Painel
	Efeitos fixos - crescimento global e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento sectorial e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento global e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento sectorial e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento global e a liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento sectorial e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento global e corrupção	Efeitos fixos - crescimento sectorial e corrupção
Liberdade económica - <i>Heritage Foundation</i>							0,026**	0,027**				
							(0,012)	(0,012)				
Lei e ordem									-0,001	-0,002		
									(0,003)	(0,003)		
Corrupção											-0,001	-0,001
											(0,003)	(0,003)
Constante												
	(0,001)	(0,001)	(0,000)	(0,001)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)
Observações	920	920	1534	1534	2595	2592	3611	3608	3546	3543	3490	3487
Número de países	102	102	149	149	160	160	176	176	139	139	137	137
R-quadrado	0,034	0,040	0,049	0,052	0,036	0,040	0,047	0,053	0,031	0,038	0,031	0,038
RMSE	0,0292	0,0292	0,0290	0,0290	0,0293	0,029	0,0282	0,0281	0,0284	0,0283	0,0285	0,0284
Teste F	7,412	2,680	16,67	7,983	33,75	11,98	49,57	19,13	32,64	12,89	31,71	12,62
Prob > F		0,0138	2,20e-09	6,52e-09	0	0	0	0	0	0	0	0
Teste F - coeficientes iguais, todos		1,242		1,386		3,092		7,036		8,465		8,336
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,298		1,386		0,0175		2,83e-05		3,88e-06		4,81e-06

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.
Fonte: ILOSTAT e UNdata.

► Conclusão

Neste documento, voltamos a analisar, com dados recentes, a relação entre o crescimento, a estrutura económica e a transição para a formalidade, utilizando dados abrangentes entre países, que abrangem o período de 1991 a 2019. Verificámos que o crescimento é importante, mas não suficiente, e que a estrutura económica é também um fator determinante da informalidade.

Verificámos, em primeiro lugar, que a importância do crescimento económico global difere entre os países de diferentes grupos de rendimento e regiões do mundo. Isto significa que a mesma taxa de crescimento gera impactos diferentes na informalidade em diferentes países, provavelmente devido aos níveis pré-existent de informalidade ou a outras variáveis, como a estrutura económica ou as variáveis institucionais. Concluímos que existe uma elasticidade global entre o emprego vulnerável e o crescimento do PIB de -0,16, o que significa que reduzir a percentagem do emprego vulnerável em 1 por cento requer cerca de 6 por cento do crescimento económico global. Não obstante, essa elasticidade não é constante no tempo e entre os níveis de rendimento, podendo ser de -0,05 nos países de rendimento baixo e de -0,23 nos países de rendimento elevado. Isto significa que, para reduzir a informalidade, é necessário reforçar o crescimento económico nos países com rendimentos mais baixos. Mediante uma análise complementar, verificou-se que, mesmo nos níveis de rendimento mais elevados, existia heterogeneidade, dado que este coeficiente voltou a sofrer uma redução em valores absolutos nos ventis de rendimento mais elevados.

A conclusão mais importante do nosso estudo é que a estrutura económica desempenha um papel fundamental na informalidade, e esta análise mantém-se relevante mesmo quando incorporamos diversas variáveis. Verificámos, em particular, como diferentes padrões sectoriais de crescimento podem conduzir a diferentes respostas nas taxas de informalidade, mesmo quando a taxa de crescimento global do PIB é a mesma. Por outras palavras, concluímos que a estrutura económica (ou padrão de crescimento) é importante para a formalização. Tais resultados confirmaram-se em todas as regiões do mundo, embora os sectores com coeficientes significativos não sejam os mesmos em todas as regiões geográficas ou grupos de rendimento dos países. O resultado não foi afetado após o controlo da endogeneidade e das variáveis institucionais que podem afetar a informalidade. Estes resultados também se mantêm mesmo quando utilizámos uma definição diferente de informalidade, baseada na produção informal.

Neste documento, recorremos à desagregação sectorial. Em todas as nossas especificações, os sectores da indústria e da construção demonstram ter coeficientes estatisticamente significativos na redução da informalidade, embora a relevância e importância relativa de cada sector variem conforme o grupo de rendimentos e a região geográfica. Estes resultados aplicam-se ao período analisado, sendo evidentemente necessário aprofundar a investigação em algumas áreas, como o papel do sector e dos subsectores dos serviços para contribuir para a redução da informalidade. Isto deve-se ao facto de muitas economias em desenvolvimento dependerem fortemente dos serviços, e de diferentes fenómenos estarem a impedir o crescimento industrial para criar uma grande quantidade de empregos de qualidade. É igualmente importante estudar o que acontece em cada sector, porque as características específicas de cada sector e/ou as políticas implementadas a este nível em cada país podem estar na origem dos diferentes efeitos. De qualquer forma, a nossa especificação centra-se nas alterações das taxas de informalidade, ao passo que a transição para a formalidade é um processo mais amplo no qual é fundamental o apoio às pessoas que trabalham na economia informal, como reconhece a Recomendação (n.º 204) da OIT.

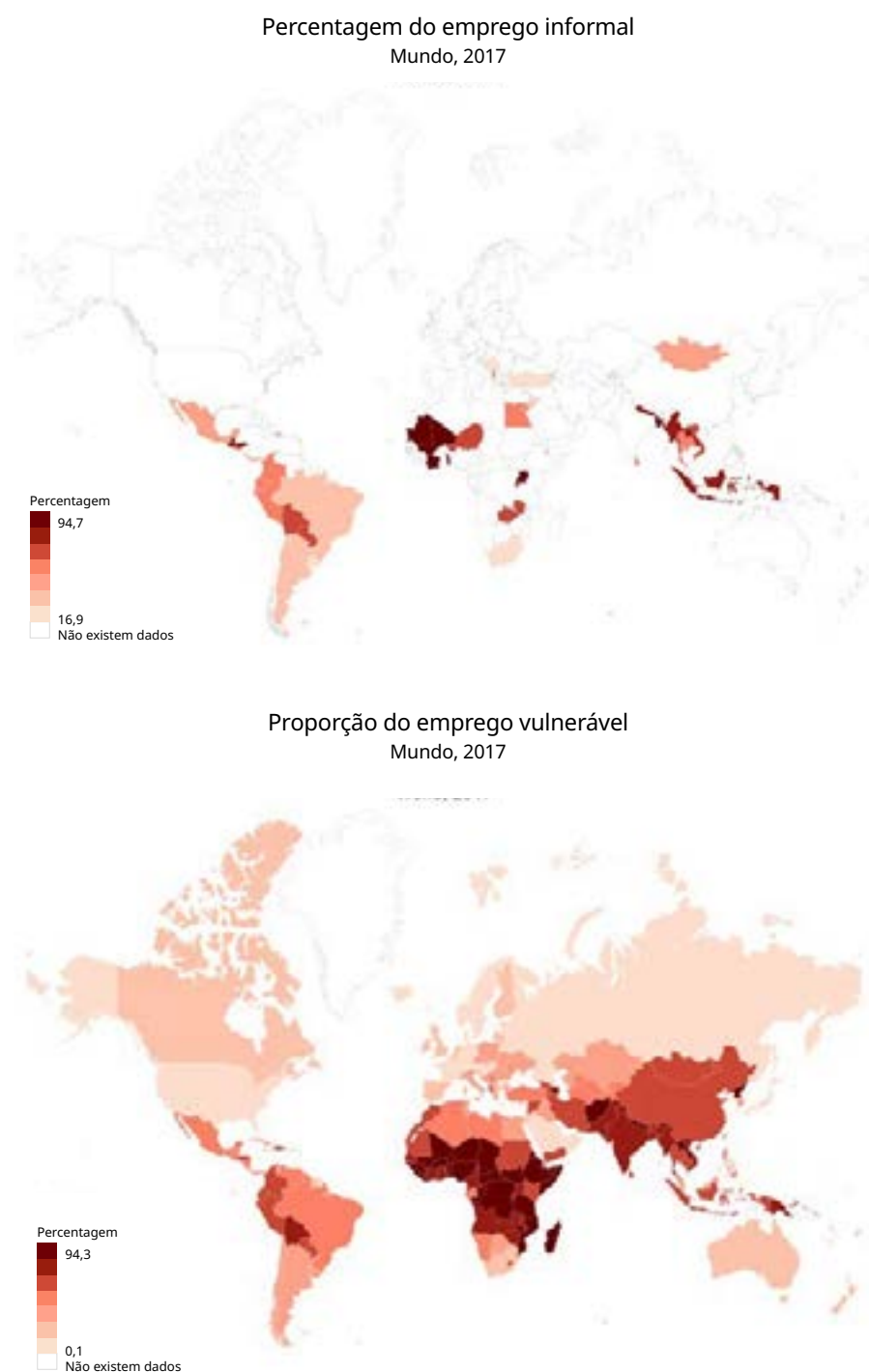
Poder-se-iam esperar resultados semelhantes ao utilizar diferentes níveis de desagregação da produção, especialmente por dimensão da empresa, quando disponível. Esses resultados destacam a necessidade de implementar políticas que promovam uma mudança qualitativa na estrutura produtiva, implicando investimentos importantes na modernização e na melhoria dos níveis de produtividade da produção nacional e da mão-de-obra. O gradual reequilíbrio da estrutura produtiva, com uma base mais alargada e diversificada e uma maior complexidade económica e sofisticação tecnológica, a par da redução dos diferenciais de produtividade inter e intrasectoriais, tem o potencial de criar ou melhorar as inter-relações entre os pequenos estabelecimentos e os de maior produtividade, o que conduzirá a um maior crescimento económico, produtividade e competitividade. As políticas macroeconómicas, e em particular as políticas orçamentais, devem considerar não apenas os equilíbrios a curto prazo, que são importantes, mas também devem ser orientadas para promover estas transformações, assegurando um crescimento inclusivo.

Anexo

► Quadro A1. Distribuição do emprego e taxa do emprego informal, em 2019

	Distribuição do emprego total					Percentagem do emprego informal no emprego total				
	Total	Rendimento elevado	Rendimento médio		Rendimento baixo	Total	Rendimento elevado	Rendimento médio		Rendimento baixo
			Médio-alto	Médio-baixo				Médio-alto	Médio-baixo	
Situação profissional										
Trabalhadores por conta de outrem	53,5	87,6	59,1	34,7	20,2	40,9	14,1	47,1	60,8	72,7
Empregadores	2,7	3,3	2,8	2,5	1,8	54,3	27,5	47,7	76,2	80,7
Trabalhadores por conta própria	34,2	8,1	29,4	50,8	54,0	86,7	63,4	80,2	92,0	95,6
Contribuição para o agregado familiar	9,5	1,0	8,6	12,1	24,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sector										
Agricultura	26,7	3,1	21,6	39,4	59,1	91,0	50,6	85,1	95,3	96,2
Indústria	22,7	22,9	25,4	22,0	10,2	58,1	19,3	57,5	78,8	87,0
Serviços	50,6	74,1	53,1	38,6	30,7	48,2	20,0	50,1	70,1	16,3
Dimensão da empresa										
Trabalhadores por conta própria	34,2	8,1	29,4	50,8	54,0	86,7	63,4	80,2	92,0	95,6
2 a 9 trabalhadores	22,9	23,2	14,4	32,1	32,5	78,7	28,3	75,4	92,9	92,8
10 - 49 trabalhadores	14,1	22,9	19,3	4,3	5,3	42,1	10,3	48,8	58,0	62,7
+ de 50 trabalhadores	28,7	45,8	36,9	12,9	8,2	28,0	8,6	32,4	33,7	57,9

Fonte: OIT, a publicar em breve.

► **Figura A1. A informalidade no mundo, de acordo com diferentes indicadores, 2017**

Fonte: ILOSTAT

Dimensão da economia paralela
Mundo, 2017



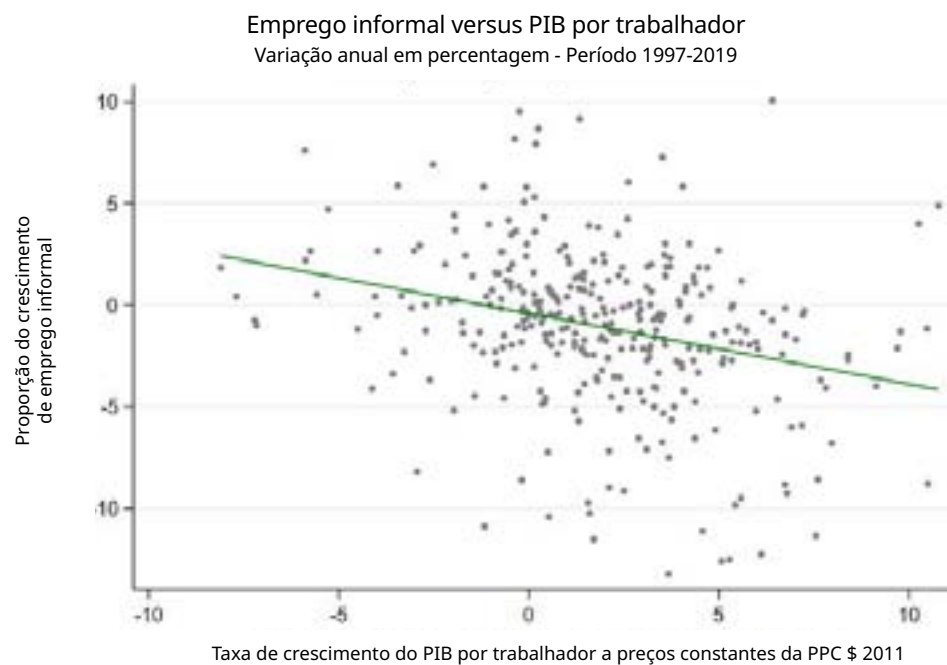
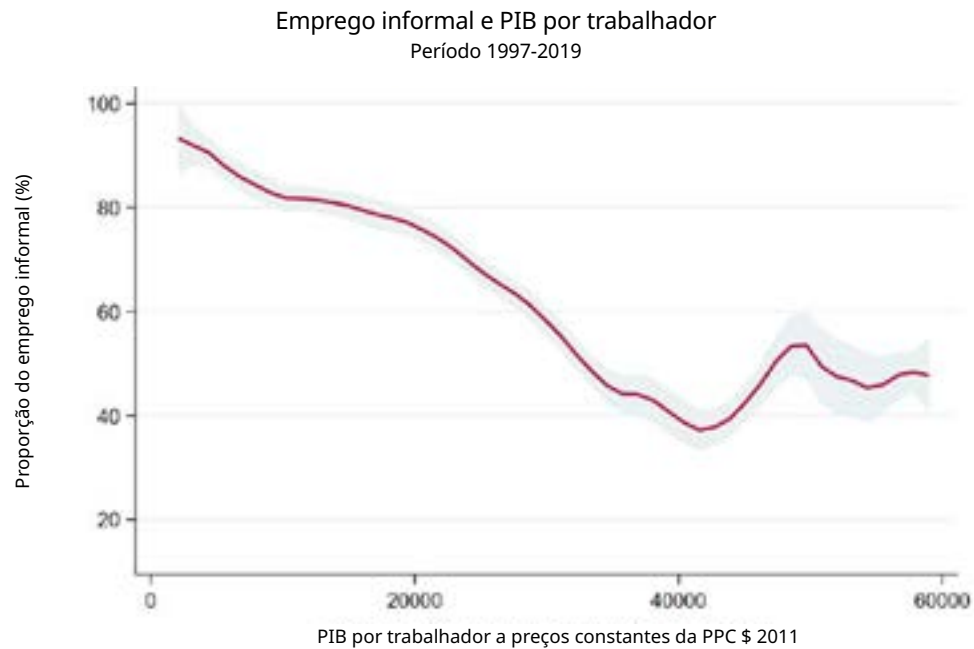
Fonte: Medina and Schneider (2019).

► Quadro A2. Definições dos sectores económicos

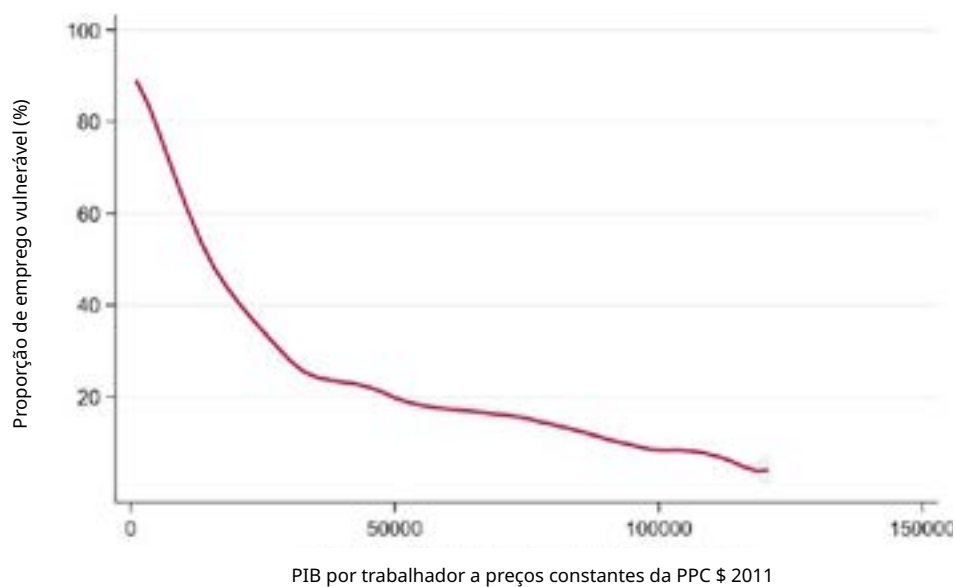
Base de dados completa	ILOSTAT		Base de dados sobre a transformação estrutural		Nações Unidas	
Sector	ISIC Rev 4	Nome do sector OIT	ISIC Rev4	Sector ETD	ISIC Rev3	Sector NU
Agricultura	A	Agricultura	A	Agricultura	A, B	Agricultura, Caça, Florestas, Pesca
Indústrias Extrativas, Transformadora, Serviços Públicos	B, C, D, E	Indústrias Extrativas, Transformadora, Serviços Públicos	B, C, D, E	Indústrias Extrativas, Transformadoras, Serviços Públicos	C, D, E	Indústrias Extrativas, Transformadoras, Serviços Públicos
Construção	F	Construção	F	Construção	F	Construção
Comércio, Alojamento, Alimentação	G, I	Comércio por grosso e a retalho, Reparação de veículos motorizados e motociclos Alojamento e Restauração	H	Serviços de Transporte	G, H	Comércio por Grosso, Comércio a Retalho, Restaurantes e Hotéis
Transportes, Armazenamento e Comunicações	H, J, L, M, N	Transportes, Armazenamento e Comunicações Imobiliário, Atividades comerciais e administrativas	J, M, N, L	Serviços às Empresas Imobiliário	I, J, K, L, M, N, O, P	Transportes, Armazenamento e Comunicação Outras Atividades
	K, O	Atividades Financeira e Seguros Administração Pública, Defesa, Segurança Social Obrigatória	K	Serviços Financeiros		
Outras Atividades	P, Q, R, S, T, U	Educação Saúde Pública e Serviço Social Outros serviços	O, P, Q, R, S, T, U	Serviços Públicos Outros serviços		

Fonte: Elaboração dos autores com base no ILOSTAT, UNdata e Base de Dados sobre a Transformação Económica.

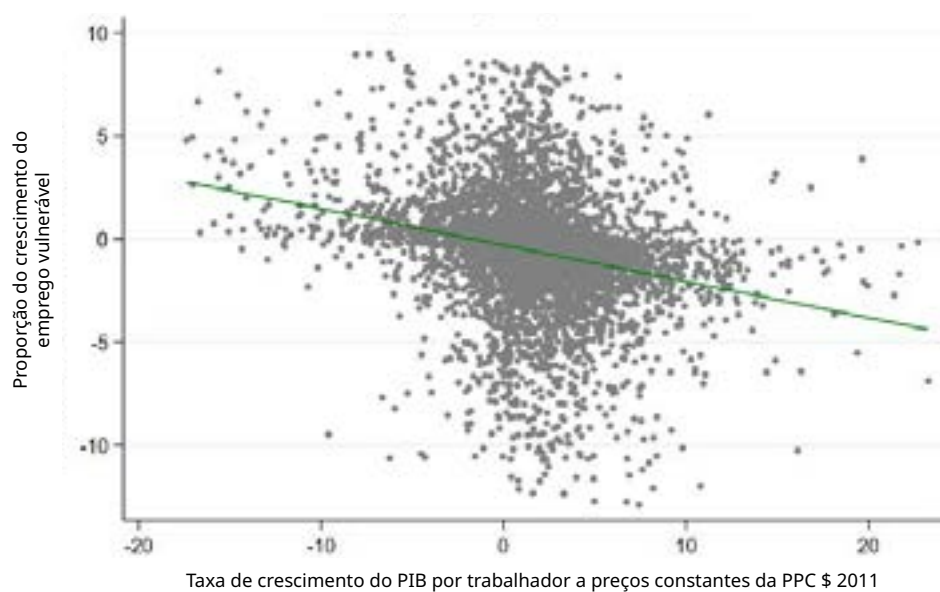
► **Figura A2. Correlações entre o crescimento do PIB e os indicadores de informalidade, de 1997 a 2019 (em níveis e variações)**



Emprego vulnerável versus PIB por trabalhador
Período 1991-2019



Emprego vulnerável versus PIB por trabalhador
Variação anual em percentagem - Período 1991-2019



Fonte: Elaboração dos autores com base no ILOSTAT e UNdata.

► Quadro A3. Regressão: Emprego informal e composição do crescimento, por grupos de países com base no nível de rendimentos, utilizando taxas de crescimento anuais no período de 2000 a 2019

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Mundo					
	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos - global	Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,378*** (0,069)		-0,064 (0,150)		-0,481*** (0,076)	
Agricultura		-0,035 (0,346)		0,440 (0,954)		-0,290 (0,361)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,736***		-1,436***		-0,199
Construção		(0,261)		(0,450)		(0,317)
		-0,605**		0,822		-0,905***
		(0,253)		(0,656)		(0,267)
Comércio, alojamento e alimentação		0,633*		0,777		0,257
		(0,331)		(0,567)		(0,425)
Transportes, armazenamento e comunicação		-1,036		0,966		-1,498*
		(0,669)		(1,164)		(0,830)
Outras atividades		-0,636***		-0,403		-0,796***
		(0,243)		(0,433)		(0,305)
Constante	-0,003 (0,002)	-0,002 (0,003)	-0,001 (0,006)	0,000 (0,006)	-0,006** (0,002)	-0,004 (0,003)
Observações	331	331	88	88	243	243
Número de países	43	43	16	16	27	27
R-quadrado	0,094	0,131	0,003	0,197	0,156	0,190
RMSE	0,0360	0,0356	0,0389	0,0362	0,0345	0,0341
Teste F	29,77	7,087	0,184	2,707	39,59	8,215
Prob > F	1,05e-07	4,80e-07	0,669	0,0207	1,73e-09	5,40e-08
Teste F - coeficientes iguais, todos		2,849		3,615		1,857
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,0243		0,0100		0,119

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.
Fonte: ILOSTAT e Base de Dados sobre a Transformação Económica.

► Quadro A4. Regressão: Emprego informal e composição do crescimento, por grupo de países de acordo com a região geográfica e utilizando taxas de crescimento anual, no período de 2000 a 2019

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
	Mundo	América Latina e Caráíbas	Ásia Oriental/Sul e Pacífico	Europa e Ásia Central	África					
	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais	Efeitos fixos- global	Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,378*** (0,069)	-0,456*** (0,077)	0,185 (0,286)	-0,417** (0,177)	-0,255 (0,204)					
Agricultura		-0,035 (0,346)		0,401 (0,383)	-1,048 (1,527)	0,090 (0,934)				-1,830 (1,129)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-0,736*** (0,261)		0,013 (0,318)	-1,824 (1,089)	-1,326 (0,825)				-0,694 (0,583)
Construção		-0,605** (0,253)		-1,116** (0,463)	2,988** (1,272)	-0,662 (0,477)				-0,011 (0,720)
Comércio, alojamento e alimentação		0,633* (0,331)		0,454 (0,456)	1,174 (0,790)	0,431 (1,069)				0,001 (0,866)
Transportes, armazenamento e comunicação		-1,036 (0,669)		-2,828*** (1,053)	-3,688 (2,779)	-0,331 (1,785)				0,938 (1,276)
Outras atividades		-0,636*** (0,243)		-1,171*** (0,341)	0,809 (1,306)	0,058 (0,710)				0,129 (0,442)
Constante	-0,003 (0,002)	-0,002 (0,003)	-0,001 (0,002)	0,007** (0,003)	-0,022* (0,013)	-0,001 (0,014)	-0,020*** (0,007)	-0,023*** (0,009)	0,006 (0,006)	0,002 (0,006)
Observações	331	331	176	176	36	36	60	60	59	59
Número de países	43	43	17	17	9	9	6	6	11	11
R-quadrado	0,094	0,131	0,180	0,286	0,016	0,517	0,095	0,151	0,032	0,094
RMSE	0,0360	0,0356	0,0293	0,0278	0,0399	0,0311	0,0500	0,0509	0,0341	0,0349
Teste F	29,77	7,087	34,75	10,22	0,417	3,748	5,539		1,568	0,728
Prob > F	1,05e-07	4,80e-07	2,20e-08	1,68e-09	0,524	0,0108	0,0223		0,217	0,630
Teste F - coeficientes iguais, todos		2,849		3,724		5,502		0,653		0,579
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,0243		0,00638		0,00343		0,628		0,679

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.
Fonte: ILOSTAT e Base de Dados sobre a Transformação Económica.

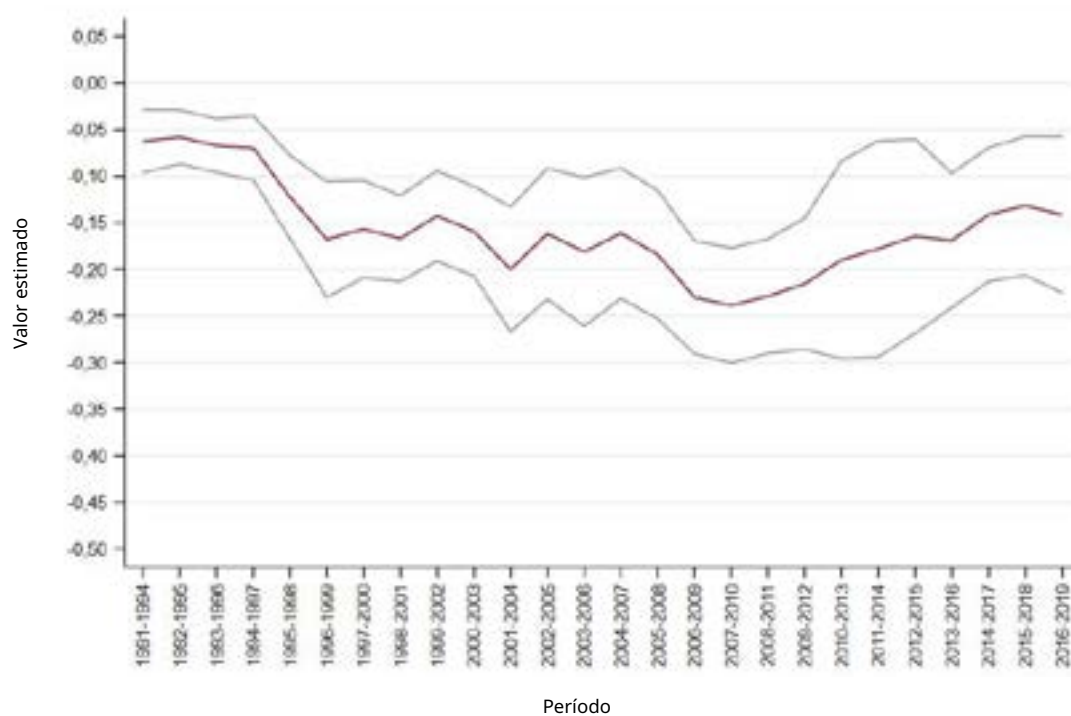
► **Quadro A5. Regressão: Emprego vulnerável e composição do crescimento com base em taxas de crescimento anuais, entre 1991 e 2019**

Variáveis	(1) Agrupado Regressão linear (OLS) - global	(2) Agrupado Regressão linear (OLS) - sectorial	(3) Painel Efeitos aleatórios - global	(4) Painel Efeitos aleatórios - sectoriais	(5) Painel Efeitos fixos - global	(6) Painel Efeitos fixos - sectoriais
Valor acrescentado bruto total	-0,117*** (0,015)		-0,118*** (0,018)		-0,119*** (0,024)	
Agricultura		0,002 (0,024)		-0,008 (0,043)		-0,011 (0,023)
Indústria Extrativa		0,019 (0,066)		0,006 (0,070)		0,001 (0,067)
Indústria Transformadora		-0,260*** (0,064)		-0,179*** (0,069)		-0,133** (0,065)
Serviços Públicos		-0,230 (0,140)		-0,209 (0,208)		-0,196 (0,172)
Construção		-0,309** (0,126)		-0,354*** (0,115)		-0,372*** (0,119)
Comércio, alojamento e alimentação		-0,102 (0,078)		-0,151* (0,089)		-0,176 (0,108)
Transportes, comunicações, imobiliário, negócios e administração		-0,146*** (0,054)		-0,151** (0,062)		-0,154** (0,073)
Serviços financeiros		-0,238* (0,122)		-0,263** (0,131)		-0,277** (0,134)
Governo, educação e saúde		-0,045 (0,068)		-0,053 (0,082)		-0,057 (0,086)
Outros serviços		0,082 (0,214)		0,038 (0,270)		-0,004 (0,218)
Constante		-0,005*** (0,001)		-0,005*** (0,001)		-0,005*** (0,001)
Observações	1320	1314	1320	1314	1320	1314
R-quadrado			51	51	51	51
Número de países	0,034	0,052			0,031	0,047
RMSE	0,0216	0,0215	0,0208	0,0206	0,0204	0,0202
Teste F/Chi 2	61,37	8,962	43,79	65,46	25,59	4,271
Prob > F/Chi 2	0	0	0	3.31e-10	6.07e-06	0,000255
Teste F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		4,168		19,10		2,367
Prob > F/Chi 2 - coeficientes iguais, todos		2.55e-05		0,0244		0,0258

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.

Fonte: ILOSTAT e Base de Dados sobre a Transformação Económica.

► **Figura A3. Impacto do crescimento económico no emprego vulnerável, por período (coeficientes de regressão), utilizando as taxas de crescimento anuais, no período de 1991 a 2019**

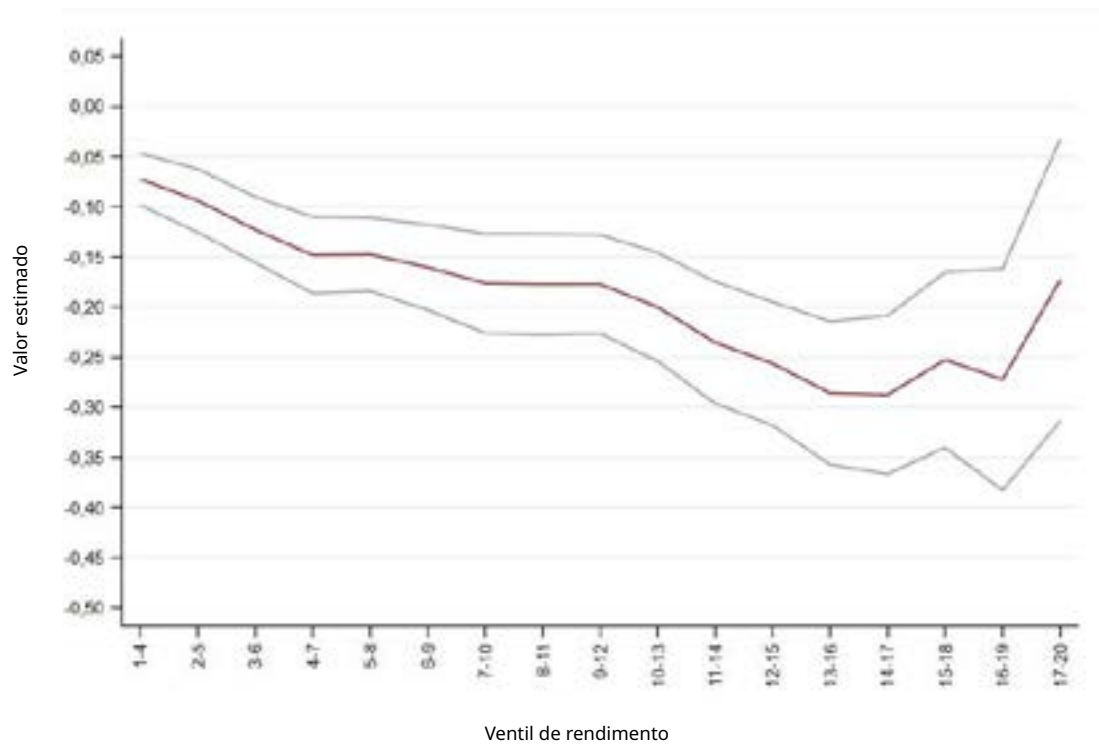


Fonte: ILOSTAT e dados das NU

Nota: As linhas cinzentas são os limites superior e inferior do intervalo de confiança de 95%

Baseados em regressões de painel de efeitos fixos para painéis de quatro anos consecutivos

► **Figura A4. Impacto do crescimento económico no emprego vulnerável, por ventis de rendimentos (coeficientes de regressão), utilizando as taxas anuais de crescimento, no período de 1991 a 2019**



Fonte: ILOSTAT e dados das NU

Nota As linhas cinzentas são os limites superior e inferior do intervalo de confiança de 95%

Com base em regressões de painel de efeitos fixos para painéis de quatro ventis consecutivos do PIB *per capita*

► Quadro A6. Regressão que controla os fatores institucionais: Emprego informal e composição com recurso a taxas de crescimento anuais

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Variáveis	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel
	Efeitos fixos - crescimento global e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento sectorial e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento global e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento sectorial e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento sectorial e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento global e corrupção	Efeitos fixos - crescimento sectorial e corrupção
Valor acrescentado bruto total	(0,111)	-0,618 (0,608)	(0,075)	-0,274 (0,347)	(0,072)	-0,006 (0,350)	(0,072)	-0,026 (0,351)	(0,071)	0,005 (0,351)	(0,071)	-0,007 (0,351)
Indústrias extrativas, transformadoras e serviços públicos		-1,431***		-0,814***								
Construção		(0,431)		(0,283)		(0,272)		(0,273)		(0,271)		(0,271)
Comércio, alojamento e alimentação		0,451 (0,672)		0,627** (0,266)		-0,649** (0,269)		-0,674** (0,270)		(0,269)		(0,269)
Transportes, armazenamento e comunicação		0,407 (0,476)		0,845** (0,348)		0,587* (0,349)		0,647* (0,346)		0,855** (0,358)		0,843** (0,357)
Outras atividades		-0,680 (0,907)		-2,067** (0,822)		-0,827 (0,691)		-1,001 (0,687)		-0,357 (0,694)		-0,261 (0,696)
Legislação de proteção do emprego		-0,170 (0,340)		-0,346 (0,268)				-0,662** (0,262)				-0,919*** (0,264)
Práticas de contratação e despedimento		-0,064 (0,178)										
			0,001 (0,022)	-0,001 (0,021)								

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Varáveis	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel	Painel
	Efeitos fixos - crescimento global e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento sectorial e legislação de proteção do emprego	Efeitos fixos - crescimento global e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento sectorial e flexibilidade laboral	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento sectorial e liberdade económica - Fraser Institute	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e liberdade económica	Efeitos fixos - crescimento global e lei e ordem	Efeitos fixos - crescimento global e corrupção	Efeitos fixos - crescimento sectorial e corrupção	Efeitos fixos - crescimento sectorial e corrupção
Flexibilidade na determinação salarial			-0,006 (0,037)	0,014 (0,037)								
Liberdade económica - <i>Fraser Institute</i>				-0,074 (0,107)	-0,099 (0,106)							
Liberdade económica - <i>Heritage Foundation</i>						-0,002 (0,082)	-0,028 (0,082)					
Lei e ordem									-0,014 (0,025)	-0,016 (0,024)		
Corrupção											0,015 (0,020)	0,017 (0,019)
Constante	0,001 (0,004)	-0,001 (0,004)	-0,002 (0,003)	-0,000 (0,003)	-0,003 (0,002)	-0,002 (0,003)	-0,003 (0,002)	-0,002 (0,003)	-0,002 (0,002)	-0,001 (0,003)	-0,002 (0,002)	-0,001 (0,003)
Observações	156	156	269	269	320	320	322	322	294	294	294	294
R-quadrado	0,088	0,155	0,095	0,152	0,103	0,139	0,099	0,138	0,115	0,175	0,116	0,176
Número de países	28	28	40	40	41	41	42	42	37	37	37	37
RMSE	0,0353	0,0346	0,0344	0,0337	0,0362	0,0358	0,0364	0,0359	0,0352	0,0344	0,0352	0,0343
Teste F	6,092	3,178	7,883	4,946	15,96	6,292	15,29	6,268	16,63	7,570	16,78	7,636
Prob > F	0,00298	0,00403	5,03e-05	1,21e-05	2,75e-07	7,44e-07	5,02e-07	7,91e-07	1,62e-07	2,80e-08	1,42e-07	2,36e-08
Teste F - coeficientes iguais, todos		2,304		3,201		2,678		2,934		4,318		4,325
Prob > F - coeficientes iguais, todos		0,0622		0,0140		0,0322		0,0212		0,00214		0,00212

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses. ***=p<0,01, **=p<0,05, *=p<0,1.
Fonte: ILOSTAT e Base de Dados sobre a Transformação Económica.

Referências

Anderton, R., T. Aranki, B. Bonthuis, and V. Jarvis. 2014. "Disaggregating Okun's Law: Decomposing the Impact of the Expenditure Components of GDP on Euro Area Unemployment", ECB Working Paper No. 1747.

Arias-Vásquez, F., J. Lee, and D. Newhouse. 2012. *The Role of Sectoral Growth Patterns in Labor Market Developments*. Banco Mundial.

Banerjee, A.V., and E. Duflo. 2011. *Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty*. New York: Public Affairs.

Banerjee, A.V., E. Breza, E. Duflo, and C. Kinnan. 2019. "Can Microfinance Unlock a Poverty Trap for Some Entrepreneurs?", NBER Working Paper No. 26346.

Bhagwati, J. and A. Panagariya. 2013. "Why Growth Matters: How Economic Growth in India Reduced Poverty and Lessons for Other Developing Countries." *Public Affairs*.

Blundell, R., and S. Bond. 1998. "Initial Conditions and Moment Restrictions in Dynamic Panel Data Models." *Journal of Econometrics* 87.

Chacaltana, J. 2016. "Peru, 2002-2012: Growth, Structural Change and Formalization", Cepal Review No 119.

Chang, H. 2007. *Bad Samaritans, Rich Nations, Poor Policies and the Threat of the Developing World*. London: Random House.

Charmes, J. 2016. "The Informal Economy: Definitions, Size, Contribution and Main Characteristics." In *The informal Economy in Developing Nations: Hidden Engine of Innovation?*, edited by E. Kraemer-Mbula and S. Wunsch-Vincent. Cambridge: Cambridge University Press.

Céspedes, N. 2020. "Informalidad, Productividad y Flexibilidad Laboral." *Revista de Análisis Económico y Financiero*, Universidad de San Martín de Porres 3 (2).

De Janvry, A. and E. Sadoulet. 2012. "Agricultural Growth and Poverty Reduction: Additional Evidence." *World Bank Research Observer* 25 (1).

De Soto, H., E. Gherzi, and M. Ghibellini. 1986. *El otro sendero: la revolución informal*. Lima: El Barranco: Instituto Libertad y Democracia.

De Vries, G., L. Arfelt, D. Drees, M. Godemann, C. Hamilton, B. Jessen-Thiesen, A. Ihsan Kaya, H. Kruse, E. Mensah, and P. Woltjer. 2021. "The Economic Transformation Database (ETD): Content, Sources, and Methods", WIDER Technical Note 2/2021. Disponível em: <https://set.odi.org/data-portal/economic-structures-data/>.

Deléchat, C., and L. Medina (eds). 2021. *The Global Informal Workforce: Priorities for Inclusive Growth*. Washington, DC: IMF: 88.

Elgin, C., and S. Birinci. 2016. "Growth and Informality. A Comprehensive Panel Data Analysis." *Journal of Applied Economics*. Vol. 19, Num. 2.

Fields, Gary S. 1990. "Labor Market Modeling and the Urban Informal Sector: Theory and Evidence." In *The Informal Sector Revisited*, edited by D. Turnham, B. Salomé, and A. Schwarz. Paris: Development Centre, OCDE.

Floridi, A., B. Demena, and N. Wagner. 2020. "Shedding Light on the Shadows of Informality: A Meta-Analysis of Formalization Interventions Targeted at Informal Firms." *Labor Economics* 67.

Fraser Institute. 2019. *Economic Freedom of the World*. (Appendix Explanatory Notes and Data Sources). Disponível em: www.fraserinstitute.org/sites/default/files/economic-freedom-of-the-world-2019-appendix.pdf.

Freije, S. 2002. "El Empleo Informal en América Latina y el Caribe: Causas, Consecuencias y Recomendaciones de Política", Documentos de Trabajo Mercado Laboral, BID.

Gasparini, L., and L. Tornarolli. 2009. "Informalidad Laboral en América Latina y el Caribe: Patrones y Tendencias a Partir de Microdatos de Encuestas de Hogares." *Revista Desarrollo y Sociedad* 63.

Harris, J., and M. Todaro. 1970. "Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis." *The American Economic Review* 60 (1): 126–142.

Hart, K. 1970. "Small Scale Entrepreneurs in Ghana and Development Planning." *The Journal of Development Studies* 6.

———. 1973. "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana." *The Journal of Modern African Studies* 1.

Heckman, J., and C. Pages. 2000. "The Cost of Job Security Regulation: Evidence from Latin American Labor Markets", NBER Working Paper No. 7773.

OIT. 1972. *Employment, Incomes and Equality. A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*.

———. 2003. "Guidelines concerning a statistical definition of informal employment. The Seventeenth International Conference of Labour Statisticians." Disponível em: https://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087622.pdf.

———. 2013. *Measuring Informality: A Statistical Manual on the Informal Sector and Informal Employment*. Disponível em: www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_222979/lang-en/index.htm.

———. 2015. *Employment Protection Legislation: Summary Indicators in the Area of Terminating Regular Contracts (Individual Dismissals)*.

OIT. 2015. *Transition from the Informal to the Formal Economy Recommendation, 2015 (No. 204)*

———. 2018a. *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture* (Third edition).

———. 2018b. ILOSTAT Microdata Processing Quick Guide. Principles and methods underlying the ILO's processing of anonymized household survey microdata. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_651746.pdf.

———. 2021a. "Indicator Description: Informality." Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/resources/concepts-and-definitions/description-informality/>.

———. 2021b. Tornar o trabalho digno uma realidade para o trabalho doméstico: Progressos e perspectivas dez anos após a adoção da Convenção (N.º 189) sobre o Trabalho Doméstico em 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_832867.pdf.

———. Forthcoming. *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Update*.

Infante, R. 2018. "Crecimiento, Cambio Estructural y Formalización." In *Políticas de formalización en América Latina*, edited by J. Salazar and J. Chacaltana. Lima: OIT.

Infante, R., and O. Sunkel. 2012. *La heterogeneidad de la estructura productiva latinoamericana. Cambio es- tructural para la igualdad. Una visión integrada de desarrollo*. Trigésimo cuarto periodo de sesiones. San Salvador: CEPAL.

Jessen, J., and J. Kluve. 2021. “The Effectiveness of Interventions to Reduce Informality in Low- and Middle- Income Countries.” *World Development* 138.

Jiménez, D. 2012. “La Informalidad Laboral En América Latina: ¿Explicación Estructuralista o Institucionalista?” *Cuadernos de Economía* 31 (58).

Jutting, J. and J. de la Iglesiaia. 2009. “Employment, Poverty Reduction and Development: What’s new?” In *Is Informal Normal? Towards More and Better Jobs in Developing Countries*. Paris: OCDE.

Kanbur, R. 2009. “Conceptualizing Informality: Regulation and Enforcement.” *Indian Journal of Labour Economics* 52 (1): 33–42.

———. 2021. “Introduction: The Long Discourse on Informality as Reflected in Selected Articles of the International Labour Review.” *International Labour Review Centenary Collection* 1.

Kanbur, R., and M. Keen. 2014. “Thresholds, Informality and Partitions of Compliance.” *International Tax and Public Finance* 21 (4).

Kucera, D., and T. Xenogiani. 2009. “Persisting Informal Employment: What Explains It?” In *Is Informal Normal? Towards More and Better Jobs in Developing Countries*. Paris: OCDE.

La Porta, R., and A. Shleifer. 2008. “The Unofficial Economy and Economic Development”, NBER Working Paper No. 14520.

———. 2014. “Informality and Development.” *Journal of Economic Perspectives* 28 (3).

Levy, S. 2008. *Good Intentions, Bad Outcomes: Social Policy, Informality, and Economic Growth in Mexico*. Washington, DC: Brookings Institution Press.

Lewis, A. 1954. “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour.” *The Manchester School*.

Loayza, N. 1997. “The Economics of the Informal Sector: A Simple Model and Some Empirical Evidence from Latin America”, World Bank Policy Research Working Paper No. 1727.

Loayza, N., and C. Raddatz, C. 2010. “The Composition of Growth Matters for Poverty Alleviation.” *Journal of Development Economics* 1 (1).

Loayza, N.V., A.M. Oviedo, and L. Servén. 2005. “The Impact of Regulation on Growth and Informality: Cross-Country Evidence”, World Bank Working Paper Series No. 3623.

Loayza, N., and J. Rigolini. 2006. “Informality Trends and Cycles”, World Bank Policy Research Working Paper No. 4078.

———. 2008. “Causas y Consecuencias de la Informalidad en el Perú”, Revista Estudios Económicos No. 15. Lima: Banco Central de Reserva del Perú.

———. 2018. *La Informalidad en el Proceso de Desarrollo y Crecimiento*. Lima: Banco Central de Reserva del Perú.

Macroconsult. 2014. “Empleo y Macroeconomía en América Latina y el Caribe: 2000–2011.” Report prepared for the ILO. Unpublished.

Maloney, W. 1998. “The Structure of Labor Markets in Developing Countries: Time Series Evidence on Competing Views”, World Bank Policy Research Department No. 1940.

———. 2004. “Informality Revisited.” *World Development* 32 (7).

- Medina, L., and F. Schneider. 2019. "Shedding Light on the Shadow Economy: A Global Database and the Interaction with the Official One", CESifo Working Paper No. 7981.
- Ohnsorge, F., and S. Yu (eds). 2021. *The Long Shadow of Informality: Challenges and Policies*. Washington, DC: World Bank: 100.
- Perry, G., Maloney, W., Arias, O., Fajnzylber, P., Mason, A., and J. Saavedra-Chanduvi. 2007. *Informalidad, Escape y Exclusión: Estudios del Banco Mundial sobre América Latina y el Caribe*. Washington: Banco Mundial.
- Pinto. 1970. "Naturaleza e Implicaciones de la 'Heterogeneidad Estructural' de la América Latina. *El Trimestre Económico* 37 (145).
- Portes, A. 1995. *En Torno a la Informalidad: Ensayos sobre Teoría y Medición de la Economía no Regulada*. México DF: FLACSO.
- PRS Group. 2020. *The International Country Risk Guide Methodology*. Disponível em: www.prsgroup.com/wp-content/uploads/2012/11/icrgmethodology.pdf.
- Quicaña, E. 2021. "Hacia una Recuperación Sostenible del Empleo en el Sector del Turismo en América Latina y el Caribe", Serie Panorama Laboral. Nota Técnica. Lima: OIT.
- Ravallion, M., and S. Chen. 2007. "China's (Uneven) Progress Against Poverty." *Journal of Development Economics* 82 (1).
- Rodrick, D. and S. Stantcheva. 2021. "Fixing Capitalism's Good Jobs Problem." *Oxford Review of Economic Policy* 37 (4): 824–837.
- Sabel, C., and P. Ghezzi. 2020. "The Quality Hurdle: Towards a Development Model that is No Longer Industry- Centric (unpublished manuscript). Disponível em: http://www2.law.columbia.edu/able/papers/QualityHurdle_Nov-6-2020.pdf.
- Salazar-Xirinachs, J.M., I. Nübler, and R. Kozul-Wright. 2014. *Transforming Economies: Making Industrial Policy Work for Growth, Jobs and Development*. ILO.
- Salazar Xirinachs, J.M., and J. Chacaltana. 2018. *Políticas de Formalización en América Latina*. Lima: OIT.
- Schwab, K. (ed.). 2019. *Global Competitiveness Report 2019: How to End a Lost Decade of Productivity Growth*. World Economic Forum.
- Thorbecke, E. 1973. "The employment Problem: A Critical Evaluation of Four ILO Comprehensive Country Reports", Paper for Meeting on Evaluation of Comprehensive Employment Missions. ILO
- Tokman, V. 1978. "Las Relaciones Entre los Sectores Formal e Informal: Una Exploración Sobre su Naturaleza." *Revista de la Cepal* 5.
- Tokman, V., and M. Elano. 2001. "De la Informalidad a la Modernidad." *Revista Economía* 24 (48).
- Ulyssea, G. 2018. "Firms, Informality, and Development: Theory and Evidence from Brazil." *American Economic Review* 108 (8).
- Uribe, J., and C. Ortiz. 2006. *Informalidad Laboral en Colombia, 1988-2000: Evolución, Teorías y Modelos*. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle.
- Verardi, V., and C. Vermandele 2016. "Outlier Identification for Skewed and/or Heavy-tailed Unimodal Multivariate Distributions." *Journal de la Société Française de Statistique* 157.
- Weller, J. 2022. *How to Evaluate the Impact of Policies for Facilitating Transition to Formality?* Geneva: ILO.
- Wu, D., and F. Schneider. 2019. "Nonlinearity Between the Shadow Economy and Level of Development." IMF Working Paper No. 19/48.

Agradecimentos

Agradecemos a Sangheon Lee, Janine Berg, Mariangels Fortuny, Elisenda Estruch Puerta, Jurgen Weller, Jose Manuel Salazar Xirinachs, Christoph Ernst e Johannes Weiss pelos seus valiosos comentários e outros apoios.

► Promover a justiça social e o trabalho digno

A Organização Internacional do Trabalho é a agência das Nações Unidas dedicada ao mundo do trabalho. Reunimos governos, empregadores e trabalhadores com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no trabalho de todas as pessoas, impulsionando uma abordagem centrada no ser humano para o futuro do trabalho, através da criação de emprego, da garantia dos direitos laborais, da proteção social e do diálogo social.

Contacto

Departamento da Política de Emprego (EMPREGO)

Organização Internacional do Trabalho
Route des Morillons 4
1211 Genebra
22 Suíça
T +41 22 799 7861
employment@ilo.org

Versão em português financiada por:

